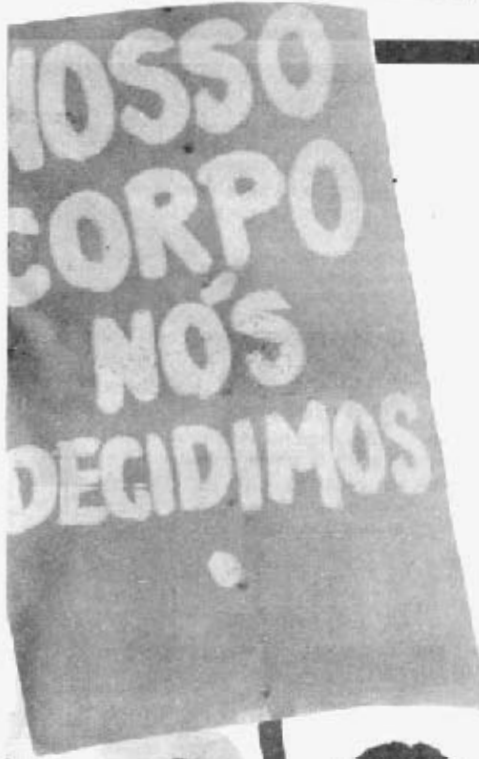


MULHERIO

Ano V nº 21 São Paulo abril / maio / junho 85 Cr\$ 3.500



*Década da Mulher:
as brasileiras dizem o que mudou
e o que vai ter que mudar*





Dos anos de perigo à institucionalização

Em outubro de 1975, recebi um honroso convite da OIT (Organização Internacional do Trabalho). Iriam comemorar em Genebra o Ano Internacional da Mulher e me convidaram

Em lugar do prazer da viagem uma enorme preocupação me dominou. Aceitar o convite, esclarecendo porém que não representaria o governo brasileiro. Em julho de 75, eu fui à Reunião do Movimento de Mulheres, na ABL no Rio de Janeiro e no mês seguinte, nós, aqui em São Paulo, nos reuníamos na Câmara Municipal sob o patrocínio da ONU e da Cúria Metropolitana. No entanto, após cada reunião, o medo: voltaríamos para casa? Seríamos acordadas no meio da noite? Desapareceríamos? Será que haveria retorno de Genebra para o Brasil sem problemas?

Isto, hoje, pode parecer desproporcional para jovens companheiras. Há apenas 10 anos, porém, lutar publicamente pelo cumprimento da CLT, por creches, denunciar a violência contra a mulher, era o suficiente para ser taxada de subversiva!

Vazios políticos se abrem pela aplicação das leis de exceção que restringem sindicatos, partidos políticos, imprensa. O movimento feminista e o movimento de mulheres (que não aceitava a adjectivação feminista, tida como pejorativa) ocupam espaços políticos lutando pela anistia, contra o custo de vida, por creches, denunciando a violência contra a mulher. Dos movimentos sociais à participação nos sindicatos ou nos partidos políticos foi uma trajetória que se foi traçando passo a passo. Este era um projeto que tinha um pressuposto: a reconquista da democracia.

A grande diferença dos anos 80 reside no fato de que as conquistas reivindicadas por mulheres e a democracia não são mais pensadas como dois momentos distintos, mas ambas são vistas como igualmente importantes e concomitantes.

A segunda metade da década se inicia com a emergência de uma nova organização política, com eleições democráticas para a Câmara, Senado, governos estaduais e muni-

cipais. Evidencia-se que alcançar a implantação de políticas públicas orientadas para a mulher dependia de que as próprias interessadas se impusessem, dentro do projeto partidário.

Os movimentos feministas, em suas variadas e ricas vertentes, tinham amadurecido diversos alvos à custa de extraordinário esforço pessoal e de eventuais apoios financeiros de entidades estrangeiras. Foram e são importantes como formas inovadoras de atuação.

É uma outra etapa a que se inaugura com a implantação de políticas públicas que executam projetos já delimitados pelo movimento de mulheres. Visa-se alcançar a população maciçamente e contar com recursos governamentais e nacionais. E isto tem sido possível? A criação de Conselhos da Condição Feminina é uma das formas de transferir a luta para dentro da estrutura do executivo e para o interior dos partidos políticos.

Os Conselhos trazem um instrumento a mais na luta das mulheres, colocando-as no âmbito das fontes de decisão, porém, não superam o papel dos movimentos sociais. Os dois têm estruturas próprias e áreas de articulação. Críticas mútuas têm o importante papel de alimentarem e direcionarem respectivamente uns e outros. Estar dentro do aparelho de Estado não significa ter poder, significa apenas entrar numa outra esfera do debate político. O sucesso nesta área advém de múltiplas fontes, inclusive do próprio movimento social originário. Por sua vez, o movimento social também se transforma com a ação e através de seu contato com o aparelho de Estado; sua vitalidade e modernidade dependem de acompanhar as mudanças estruturais.

Chegamos a 1985 com a criação de um Conselho Nacional da Mulher numa etapa em que se reinstala a democracia. Este Conselho poderá se tornar uma extraordinária alavanca para uma política antidiscriminatória, se toda a sociedade e as mulheres em particular se colocarem de modo ativo nos rumos que ele venha a seguir.

Evá Altman Blay

Risos, suor e lágrimas Moçada, valeu a pena!

Esse é o número especial do MULHERIO. Um número dedicado às pesquisas realizadas a partir da iniciativa do Conselho Estadual da Condição Feminina tratando de caotar o que aconteceu às brasileiras nesta década.

Trabalharam mais, foram mais esterilizadas, abortaram. Sofreram as consequências da desastrosa política econômica vinculada aos interesses do Fundo Monetário Internacional, ouviram muita demagogia. Mas também lutaram - lutamos a como, né - vimos assunto em tudo que é lugar, formamos grupos, fizemos congressos, encontros, bagunçamos um pouco que seja o sólido edifício patriarcal, fortaleza onde se aprisionam nossos desejos, nossa crença, nossa fé irreduzível na vida, na paz destruída ao sabor da heterogeneidade construída sobre o terreno da justiça.

Estamos vivas! Ensaando inseguras uma nova relação com os poderes públicos que, durante tantos anos foram para nós o símbolo da repressão. Este número feito em parceria com o Conselho da Condição Feminina de São Paulo, foi uma aposta na democratização do Estado Brasileiro. Estamos praticando a concepção de que um organismo governamental não deve ser concebido enquanto braço de um partido, ainda que esse partido seja hegemônico. Estamos lutando por consolidar uma perspectiva de compromisso baseado na luta real contra a discriminação das mulheres em todos os níveis. Estamos abrindo frentes de trabalho.

Hoje, no mundo inteiro a ótica

feminina vem ganhando força no enfrentamento de todo tipo de realidade. As guerrilheiras da Guatemala, como a doce comandante Galia, a lutadora chilena Mireya Ballra, a deputada Amália Decker, única mulher - feminista - no Parlamento boliviano, as mães e avulsas da Praça de Maio, as camponesas da Colômbia vêm legitimando a emoção suave na prática da política e até das guerrilhas de libertação. Vêm construindo uma solidariedade acima das fronteiras, como aconteceu nos primeiros dias de junho em Havana, no Encontro da Frente Continental de Mulheres contra a Intervenção na América Latina e no Caribe. Como vai acontecer no Fórum de Nairóbi, apesar dos esforços contrários das políticas belicistas e discriminatórias. Como vai acontecer ainda aqui em São Paulo, na Praia de Bertioga, no começo de agosto no III Encontro Feminista Latino Americano e do Caribe.

No meio da tanta coisa, MULHERIO comemora seu primeiro aniversário da nova fase. Pulsando com todos os acontecimentos, se indignando ainda com os preconceitos, as discriminações, as barras enfrentadas por nós. E vibrando a cada vitória, a cada momento de alegria, de conquista de relexão.

Ai está: o produto da nossa capacidade de amar, se indignar, chorar e rir juntas.

Que esse número 21 do jornal, quando estamos renovando juntas as assinaturas por mais um ano, seja uma expressão, tema e motivo das nossas esperanças.



MULHERIO

Coordenadora: Flávia Verdel, com a colaboração de Cláudia Marini

A Mulher Hoje Brasileira na Década da Mulher: N. A. C. 1975 e 1985. São Paulo, 1985. 120 páginas. R\$ 10,00.

Mulheres em Movimento: O balanço da Década da Mulher do ponto de vista do "feminismo das religiões" e da política. Maria Lúcia de Souza e M. V. M. 1985.

Diagnóstico sobre o atendimento a crianças-paqueras em Creches e Pré-Escolas. Flávia R. Semelha, Maria Lúcia de Souza, Regina Helena Pinheiro.

A Saúde da Mulher no Brasil: 1975 - 1985. Guiar Diário, com a colaboração de Maria Semelha e Conselho de Saúde do SECC.

Subsídios para o Análise da Política do Governo Brasileiro com relação à Mulher no período 1975 - 1985. Agência de O. e. P. da Costa.

Mulher e Trabalho: Uma avaliação de Década de Mulher: 1975 a 1985. Editora Brasileira.

Uso político sobre a Educação da Mulher no Brasil: F. P. M. de Souza e M. L. de Souza e Regina Helena Pinheiro.

AS PESQUISAS:
A Evolução dos Direitos das Mulheres Brasileiras

Conquistas

Talvez os dados mais aberrantes encontrados nas oito pesquisas que avaliam a situação da mulher na década se refiram às mulheres negras: à espantosa demora conviver com o fato de que apenas sete negras em todo o Estado de São Paulo — o mais desenvolvido da Federação — ganhem vinte ou mais salários mínimos. Ou ainda que, entre 8.675 personagens da literatura infantil, apenas três sejam meninas negras!

Mas houve conquistas, sem dúvida. O eleitorado feminino pulou de 35% do eleitorado geral em 1975 (12 milhões de eleitoras) para 46% em 1985 (25 milhões). O número de eleitoras se refletiu no número de eleições: em 1974, apenas uma mulher se tornou deputada federal; em 1982, foram oito. E as mulheres passaram de 0,3% para 1,7% dos representantes do povo.

Os partidos políticos incorporaram as plataformas femininas em seus programas (ao menos da boca para fora, nos últimos anos). Mas a presença feminina nos organismos de direção partidária nacional continua inexistente. Em 81, havia duas suplentes na direção nacional do PMDB, três titulares e uma suplente no PDT, cinco titulares e duas suplentes no PT, e uma titular e uma suplente no PDS.

O governo federal assinou vários documentos internacionais apoiando e recomendando o fim à discriminação contra a mulher, mas continua na postura do "faça o que eu digo, não faça o que eu faço". Em 1975, num total de 175 cargos de chefia nos vários ministérios, sete eram ocupados por mulheres. Dez anos depois, de 216 cargos, 13 eram atribuídos a mulheres (um aumento, portanto, de 4 para 6%). A década também assistiu à incorporação feminina na Marinha e na Aeronáutica, para assumir funções administrativas em terra; exemplo que o Exército deve seguir.

Para combater os problemas, preconceitos e discriminações em todas as áreas, surgiram e multiplicaram-se os grupos de mulheres — em 1975 pôde-se contar nos dedos de uma mão esses grupos, concentrados no eixo Rio-SP; hoje, espalhados por todo o País, com muitas caras, formas de atuação e objetivos, são mais de 200 grupos for-
mas.

A HONRA ONDE ESTÁ?

Foram estas feministas organizadas, particularmente aquelas reunidas em torno dos SOS Mulher, as responsáveis por uma conquista enorme a nível do Direito: a mudança da mentalidade dos juizes em relação aos assassinatos de mulheres. Hoje advogado nenhum recorre mais ao esdrúxulo argumento da "legítima defesa da honra" para defender os Occas Street e L. do Marques Castilho da vida...



De Miquel Pavia (uma das boas "adesões" masculinas na Década)

Os problemas não acabaram, mas a consciência aumentou

1975-1985. Os problemas das mulheres, os nossos problemas, tornaram-se mais visíveis, conhecidos, discutidos — e o próprio fato de estarmos editando este número especial de *Mulherio* hoje, em parceria com um Conselho Estadual da Condição Feminina, indica isso. Ou seja, o diagnóstico é mais claro, o que não significa que os problemas estejam resolvidos. As conquistas efetivas? Ah, essas são mais simbólicas: no País do futebol, a profissão de jogadora foi reconhecida oficialmente. O lema "mulher" ganhou as páginas dos jornais e os horários nobres do IBUPF — e está aí o seriado *Malu Mulher*, revendido para inúmeros países e sucesso internacional, pra não deixar ninguém mentir.

Ainda na área do Direito, dois fatos marcantes: a promulgação da lei do divórcio, em 1977, e a redação, por advogadas feministas com o apoio do movimento do Novo Estatuto Civil da Mulher, integrado no projeto do novo Código Civil, já aprovado na Câmara e atualmente em tramitação no Senado. Mas nem tudo são flores: o estupro ainda é considerado um crime contra os costumes, e não contra a pessoa; até 1980 a magistratura de São Paulo não tinha admitido nenhuma mulher como juíza, através de concurso, etc., etc., etc.

Também no campo do Direito, houve derrotas feias nas tentativas de mudança da lei do aborto, cinco por terra os projetos da deputada federal Cristina Tavares (PMDB-PE), ampliando as indicações para o aborto legal; o da deputada estadual Lucia Arruda (PT-RJ), estabelecendo a obrigatoriedade de atendimento médico pela rede estadual de serviços de saúde, nos casos de aborto previstos pela lei federal.

Em compensação, e aí já estamos entrando no terreno da saúde, o Ministério da Saúde propôs o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher, que vem sendo implantado ainda lentamente em Goiás e São Paulo. Corpo, sexualidade, saúde, foram temas exaustivamente levantados pelos grupos feministas, que conseguiram evitar a aplicação de programas governamentais nocivos aos interesses das mulheres, como o Pró-Família, em

São Paulo, num projeto do então governador Paulo Maluf, de triste memória. Alguns dados que assustam: em 81, um quarto das parturientes brasileiras não tiveram qualquer tipo de atendimento pré-natal; 31% dos partos no País são cesarianas (a Organização Mundial de Saúde estima em 7 a 10% a porcentagem de cesáreas clinicamente justificáveis); 39,4% das mulheres que foram esterilizadas no País o fizeram antes de completar 30 anos de idade; as pilulas anticoncepcionais continuam sendo distribuídas a torto e a direito, sem qualquer controle médico, e com danos enormes...

MAIOR CONSCIÊNCIA

Se o movimento de mulheres não conseguiu arrancar os problemas estruturais de saúde, derivados da extrema pobreza da população, o mesmo se dá em relação ao trabalho. A C.L.T. não mudou, mas mulheres organizadas em torno de sindicatos estão conseguindo vitórias nos acordos coletivos de trabalho. A discriminação não acabou, mas passou a existir maior consciência dela.

A taxa de atividade da mulher passou de 18,2 em 1970 para 36% em 1985. O aumento da participação feminina em atividades econômicas de mercado foi superior, em números relativos, ao dos homens. O Censo de 80 detectou quatro milhões de famílias chefiadas por mulheres — ou seja, uma em cada seis

e derrotas

famílias tem chefe mulher. Ainda em 80, do total de mulheres chefes de família, 23% tinham rendimento médio inferior a meio salário mínimo.

A crescente pauperização e o aumento do número de mulheres que trabalham fora levaram a decidida luta pela criação de creches. Os governos reagiram a essa pressão social aumentando em alguns casos o número de unidades de creches, mas agora incorporam soluções da comunidade, numa linha de exploração da mão-de-obra gratuita ou subremunerada e sem nenhuma preocupação com os aspectos educacionais. De qualquer maneira, a situação do Estado junto à faixa dos 0 aos 6 anos de idade tende a ser reforçada e ampliada, mesmo que seja somente como reação às pressões sociais. Em 1981, foi divulgado o Programa Nacional de Educação Pré-Escolar, concebendo a creche como via de emergência, e não apenas como preparação para o 1º grau.

Também respondendo às pressões sociais, surgiram os espetáculos de música, dança, teatro, tratando especificamente da condição feminina. Concursos de posters e de literatura voltados para as mulheres foram realizados pela primeira vez. Houve uma ascensão e valorização da produção literária feminina, que nos últimos anos ocupou os primeiros lugares em vendas.

E o feminismo chegou a *Embratfilme*! Depois de ter ignorado o nascente cinema feminino por toda a década, a *Embratfilme* não conseguiu mais ignorar que as mulheres estão fazendo um tipo de cinema especial que merece uma atenção também especial. Através das cineastas do Nacional Filmbord, a "*Embratfilme*" do Canadá, uma representante oficial da nossa *Embrat* está encarregada de levar para a Conferência Neo-Governamental de Nairobi uma mostra do cinema feito pelas brasileiras, e está até tentando viabilizar a participação de algumas cineastas na Conferência de Encerramento da Década.

Talvez agora a *Embratfilme* passe a reconhecer e apoiar a participação de brasileiras em festivais internacionais de filmes de mulheres. Agindo assim, esse órgão governamental estará em coerência com um "acordar" dos governos em relação aos problemas femininos. Basta lembrar que os governos eleitos em 1982 em Minas Gerais e em São Paulo instituíram Conselhos da Condição Feminina, cuja experiência será reproduzida a nível nacional a partir de 1985.

Em suma, alguns passos foram dados, e muitos outros estão sendo dados agora, num processo que está em movimento. Mas certamente serão necessárias muitas outras décadas para que um balanço seja realmente positivo.

Da Cidade do México a Nairobi



A Década Internacional das Mulheras foi aberta em julho de 1975 numa conferência realizada pela ONU na Cidade do México para debater a situação da mulher no mundo. As delegações oficiais aprovaram um Plano Mundial de Ação, que os países membros da ONU se comprometeram a cumprir para combater os principais problemas apontados. Paralelamente à conferência oficial, teve lugar um fórum de instituições não governamentais e grupos feministas autônomos, com a participação de cinco mil mulheres que traçaram um quadro aterrador da sua própria situação. Fizeram várias propostas de ação — todas elas rejeitadas pela conferência oficial.

Exatamente no meio da Dé-

cada em 1980, novo encontro, desta vez em Copenhaga, na Dinamarca. Na conferência oficial, duas mil mulheres, na conferência paralela, dez mil mulheres decidiram formar redes para troca de idéias e de apoio.

Agora, a Conferência Mundial de Nairobi vem sendo preparada em clima de muita tensão. Necesso de encontrar um cenário hostil à sua política externa, o governo americano quer que as decisões sejam tomadas por consenso, o que lhe daria condições de vetar resoluções contrárias a seus interesses. As pressões do governo Reagan sobre o Quênia vem fazendo com que o país sede restrinja a participação no fórum das organizações não governamentais.

Assim, as medidas de dificuldade vistas de entrada, elevaram exorbitantemente os preços de alojamento, anunciaram censura sobre o material a ser apresentado e constituem uma estratégia de enfiar o esboço fórum, onde há mais espaço para debate.

Durante a recente visita ao Brasil de Yvelin Boucy, ministro dos Direitos da Mulher da França, Eva Blay pediu sua ajuda para que as pesquisas encomendadas pelo Conselho para fazer chegar a Nairobi uma radiografia da mulher brasileira atingissem seu objetivo. Encaminhadas ao Itamaraty, a resposta que Eva recebeu foi de que elas eram muito pessimistas e poderiam "dengueir" a imagem do Brasil no exterior.

Quênia: ainda hoje "pouco independente"

O Quênia entrou definitivamente na esfera de influência britânica em 1902, quando a região, conhecida pelo nome de protetorado da África Oriental Britânica, passou a ser administrada por diplomatas de carreira e por sociedades privadas, tendo sua sede em Zanzibar. O Reino Unido introduziu na região colonos brancos e hindus.

Embora já existisse desde 1900 uma forte resistência dos grupos étnicos africanos ao regime, o movimento nacionalista que levaria a independência se iniciou em 1947, com o regresso de Londres de J. K. Maai (Jomo Kenyatta, pseudônimo que significa "dardo flamejante do Quênia"), ex-aluno da London School of Economics, que muito da imprensa se tornaria presidente da KAU (Kenya African Union). Filial do Congresso dos Povos contra o Imperialismo, a KAU organizou greves, passeatas de camponeses nas cidades, manifestações de massa.

Nesse clima de efervescência social organizou-se (1952-1956) o movimento político-religioso conhecido no exterior como Movimento Mau

Mau. Inspirado em valores tradicionais africanos, esta sociedade secreta empregou punições contra os coronos brancos (sabotagens, assassinatos) como forma de luta, sofrendo uma forte repressão (7.811 mortos e mais de cem mil prisioneiros). Foi rotulado pelos coloniaisistas de "forma avançada de insubordinação coletiva e obsessão hipnótica" e Kenyatta, apontada como seu principal instigador, foi condenado a sete anos de prisão.

O impacto da revolta Mau-Mau, ao mesmo tempo em que motivou o nacionalismo, lançou o governo britânico a tentar medidas reformistas, como a formação de uma "comunidade política multinacional". Essas medidas não contentaram os nacionalistas africanos que, em 1960, fundavam a KANU (Kenya African National Union), cuja origem é a KAU e que hoje é o partido único do país tendo como slogan "UHURU" (independência) e com o presidente virtual Kenyatta, presidente do país independente em 1963.

A independência do Quênia não

excluiu o caráter premente de numerosos problemas conflitos de fronteira, fracasso da formação de uma Federação da África Oriental, perturbações entre os grupos étnicos Luo e Kikuyu (considerado privilegiado), êxodo rural e o consequente aumento nas cidades da taxa de desemprego, de prostituição, de delinqüência.

Jomo Kenyatta acabou por se afastar da "causa nacional" e governou em benefício de sua própria etnia (Kikuyu). Abriu as portas às transnacionais e beneficiou a emergência de uma burguesia negra que nada mais fez senão ocupar os lugares dos antigos colonos brancos.

Kenyatta morreu em 1978, com 85 anos; o seu sucessor, o atual presidente Daniel Arap Moi, não fez as alterações significativas nessa linha pró-ocidental (neocolonialista). Ao contrário, Moi criou a base naval de Mombasa aos Estados Unidos, contrariando as aspirações dos países vizinhos de manterem a paz no Oceano Índico.

Isabel Alexandra



Área Territorial: 562.646 km²
População: 7.150.000 habitantes
Grupos étnicos: Kikuyu, Luo, Da Silva, Kalenjin, Mau, Embu, outros: indianos e árabes.
Língua: O idioma nacional é o Suahili, o oficial inglês. Falam também o Kikuyu e o Kamba.
Principais produtos: derivados do petróleo, café e chá.
Dívida externa: 2.159,2 milhões de dólares (1980).
Índice de desenvolvimento: 52,9 por cento.
Mortalidade infantil: 9,2 por cento.

O DIFÍCIL E PACIENTE TRABALHO DE PESQUISAR

As oito pesquisadoras responsáveis pelo trabalho de balanço da Década encontraram uma dificuldade em comum, qualquer que fosse a área: a falta de dados confiáveis para a pesquisa. Muitas delas tiveram que "dar uma de Sherlock Holmes", como diz Sueli Carneiro, para conseguir desvendar inúmeras dificuldades quanto à "fidedignidade, abrangência e periodicidade dos dados disponíveis para as pesquisas", como resume Carmen Barroso.

De fato, o que dizer da fidedignidade ao se deparar com uma situação como a encontrada por Fúlvia Rosemberg? Veja só a divergência de dados: a escolarização na faixa etária de 7 a 14 anos é de 67,4%, segundo o Censo de 1980; e de 84,4%, segundo o Serviço de Estatística da Educação e Cultura (SEEC), ligado ao MEC. Fúlvia também não pode construir tabelas equivalentes nos anos estudados

(70, 76, 80, 82), porque os queixos das perguntas foram mudando. Um exemplo: o quesito cor, que não existia desde 50, foi reintroduzido em 80 mas só nos dados referentes à instrução e rendimento.

Maria Malta Campos, responsável pela pesquisa sobre creches, aponta a ausência de integração dos vários órgãos públicos que atuam na área como um obstáculo, pois isso resulta em dados coletados em épocas diferentes, com métodos diferentes, muitas vezes referentes a instituições diferentes.

Carmen Barroso procurou em sua pesquisa não se ater aos aspectos diretamente relacionados com a saúde da mulher, mas apresentar também uma visão sucinta do quadro mais geral da saúde no Brasil. Encontrou muitos obstáculos pela carência de dados, especialmente em relação às mulheres não incluídas nas categorias de

gestantes ou nutrízes.

Na área do trabalho, Cristina Bruschi teve que lidar com o problema da invisibilidade. Ela diz: "Os conceitos tradicionalmente utilizados para medir o trabalho, considerado como as atividades econômicas desempenhadas principalmente pelos homens, e os procedimentos metodológicos das coletas, mais do que desvendar, sempre ocultaram a contribuição feminina. Nos Censos, é bastante provável que o trabalho doméstico, contabilizado como "inatividade", seja declarado como o principal ocupação, mesmo quando a mulher exerce outro tipo de tarefa, conforme a ordem de apresentação das alternativas de resposta ou postura do entrevistado.

Os problemas de Sueli Carneiro, da área de negras, também derivam da ausência de dados. Sueli conta "Do ponto de vista estatístico, a mulher negra é quase invisível.

Além disso, ela diz que o dado existe, o que não existe é o interesse em que ele seja divulgado há no IBGE do Rio um departamento onde um grupo de técnicas estão fazendo um trabalho sobre a mulher negra. Elas foram muito gentis e me ofereceram uma série de dados sobre a população economicamente ativa, desagregados por cor, não divulgados".

De qualquer maneira, como diz Fúlvia Rosemberg, a invisibilidade, a falta de dados e a negligência em relação aos dados que levam em conta a variável sexo significam algo além de "mais trabalho" para o pesquisador. Para os outros usuários das tabelas estatísticas — os planejadores, os executores, os legisladores — tal negligência pode reforçar decisões habituais, impedindo assim a tomada de posições adequadas.

Nova década, novo desafio: a participação na Constituinte

As duas questões que me surgiram com a realização desta pesquisa foram, a primeira, o que é o feminismo hoje; e a segunda, como é que a mulher vai enfrentar a questão da política escrita nisso. Considerando que qualquer relação entre duas pessoas encerra a questão do poder, existe no entanto uma esfera de poder muito específico, que é o poder do Estado, o poder de usufruir do aparelho do Estado. A gente não vai resolver a questão da relação entre homem e mulher na esfera do político. Mas ela coloca uma questão que é da mais vital desqualidade, ou seja: os homens dominam o poder, o poder político e econômico é masculino.

Seria equivocado medir o impacto do feminismo no Brasil a partir da representação de mulheres no poder, mesmo porque não era esse o objetivo das feministas. O feminismo teve um impacto muito grande. Mas aquelas coisas que na época significavam transgressão, hoje não significam mais. Há oito anos, quando saíamos num grupo de mulheres, isso era visto como se a gente não tivesse condições de estar

com um homem. O prazer de estar-mos juntas era colocado sob suspeição. Hoje, você vê com muita frequência duas ou mais mulheres nos restaurantes, nos bares, nos cinemas, e isso é considerado quase natural.

Tudo o que a gente produzia foi incorporado. Não é verdade que o feminismo morreu porque não tinha o que dizer. O que aconteceu é que ele ficou insistindo numa mesma coisa e não encontrou na ressonância, já que a repetição é a morte. E se transformou: hoje você tem grupos organizados em torno de trabalhos específicos, como o SOS Corpo, com sexualidade e Saúde, ou o Mulherio, com jornalismo. Tem a reflexão teórica nas universidades e centros de pesquisa institucionais. E Conselhos, dentro do aparelho do Estado. Mas não tem mais os grupos independentes, com aquele pique, aquela criatividade. Por isso penso poder dizer que a organização das mulheres, hoje, está principalmente nas mãos dos partidos. Isso se reflete na esfera política, onde não há mulheres, nem homens, exprimindo o ponto de vista feminino.



Maria Moraes socióloga, e professora da UNESP.

Na verdade, o feminismo foi um movimento de opinião, no bojo do qual foi possível abrir caminho para algumas lutas: por creches, salários iguais, aborto e reforço burocrático em prol da democracia. Mas o que correspondeu um movimento, o que abriu grandes questões da atualidade democrática é: como representar os movimentos sociais no poder?

Fazer a pesquisa me fez recordar uma experiência de 1978, quando pela primeira vez na sua história as mulheres se reuniram, fizeram o seu programa, e foram discutir esse programa com seus candidatos e candidatas, reforçando ideias em vez de lideranças carismáticas. Se vamos abrir uma nova década, a questão que se coloca é como participar autonomamente da constituinte? De fato, o problema que se enfrenta é que se os Constituintes só podem ser escolhidos através dos partidos,

a gente vai ter uma reprodução do que já tem; a ausência de mulheres na nova ordem política do país.

É inegável a força política potencial que temos, uma força que não vai encontrar representação a não ser que alguma coisa realmente nova aconteça. Isso significa abrir espaço para uma democracia mais direta, a partir das possibilidades de lançar candidaturas a Constituinte desvinculadas dos partidos. A possibilidade jurídica para isso existe, e como implementá-la é apenas uma questão política. Não foi o movimento de base, na verdade, que elegeu pessoas como Irma Passoni e Aurelio Perez? Mesmo a força do Lula, não veio de sua atividade corporativista? Cabe a nós lutar para que sejamos representadas na definição de uma nova ordem constitucional, criando condições para eleger mulheres que saiam diretamente dos nossos movimentos.

Uma avaliação unânime: o balanço é positivo

Entre 1975 e 1985, o movimento de mulheres no Brasil surgiu à luz, multiplicou-se, enfrentou crises e adquiriu novas formas, saindo da denúncia pura e simples para a organização de ações concretas. A avaliação das feministas de várias partes do país é unânime: apesar dos problemas que persistem e dos novos problemas que surgiram, o balanço é muito, muito positivo.

"Há dez anos a gente apenas começava a abrir caminho", define Raquel Moreno, de São Paulo. "Hoje somos mais numerosas e mais fortes; nosso discurso foi apropriado pelos meios de comunicação de massa e o momento já é outro."

Danda Prado, do Rio de Janeiro, afirma que há unanimidade em torno da questão: o movimento passou a ser aceito, há a consciência de que lutar pelas mulheres não esvaziava nenhuma luta de classes. Surgiu a discussão em torno de problemas específicos, como o aborto e a violência. E o tema já é institucional: "Sem dúvida o movimento evoluiu, e a discussão sobre o canal de participação da mulher no governo é a maior prova disso".

De Brasília, Marlene Libardoni, diz acreditar que houve "um grande salto de qualidade" de 1975 a 1985: "o discurso sobre as mulheres está espalhado, e já se questiona o que a mulher pode e deve fazer para mudar sua própria situação".

INSTITUCIONALIZAÇÃO

Lucilia Scavone, de São Luiz do Maranhão, também é categórica: "Sem dúvida nenhuma, evoluímos muito." Ela acha que as grandes linhas do movimento foram traçadas em 1979, com a formação de grupos

voltados para lutas específicas, como os de sexualidade, saúde, contra a violência. Hoje, constata, "há a institucionalização dos grupos feministas, que recorrem a isso por questões até de sobrevivência, pois precisam de dinheiro para continuar lutando". Em São Luiz existem trabalhos ligados à reforma agrária e à saúde, e o grupo "Mulheres da Ilha" está em plena fase de institucionalização. Mesmo constatando que a participação efetiva das mulheres da região é pequena, Lucilia

Lia Zatz também de São Paulo, concorda com Raquel quanto ao impacto das eleições no movimento. Segundo Lia, as mulheres "foram pegas de calças curtas" pela disputa partidária e acabaram se dividindo em grupos políticos, brigando entre si, isso depois de uma fase de reivindicações e denúncias de grande impacto. Mas Lia discorda de Raquel quanto à institucionalização. Para ela, a criação do Conselho da Condição Feminina em São Paulo é uma conquista de peso, que concre-

ta a mulher." Nessas regiões, ela conclui, "ainda há muito o que fazer".

ABANDONO?

Se nas áreas mais distantes do país a luta está apenas começando, no eixo Rio-São Paulo várias feministas sentiram que a militância se esgotou, e abandonaram o movimento. Lara Prado, de São Paulo, afirmou-se em 82, quando, segundo ela, o movimento já entrava em crise. Foi um afastamento voluntário, causado por problemas profissionais. Lúcia Amaral, também de São Paulo, acha que a militância tem um caráter transitório, pois se torna repetitiva, já que os problemas são sempre os mesmos (opressão da mulher em casa, no trabalho...). Adquirido um grau de consciência, a mulher tende a deixar de lutar, e com isso o movimento é sempre renovado.

Em Londrina, Joana Lopes fundou em 1975 o jornal *Brasil-Mulher*, "que editei até onde as divergências deram". Em 1985, a grande diferença que sente é esta: "Não sou mais agente das outras mulheres, eu sou uma mulher. Senti necessidade de me conhecer melhor, parei de lutar no movimento. Foram dez anos que marcaram o fim da juventude e a infância da velhice, uma idade que permite uma compreensão funda do problema da mulher, quando você desaparece do mercado da beleza e se pergunta: 'Então, eu me acerto ou não?' Essa é uma grande pergunta política. No mais, além de dirigir teatro e escrever 'lição', formei junto com outras mulheres um núcleo de produção teatral feminino, onde fazemos carpintaria, iluminação, escrevemos, representamos, sempre na reflexão de nossos problemas. É ótimo!"



acentua que o interesse sobre a condição feminina é muito grande.

Se a institucionalização é apontada como saída por muitas, ela é criticada por outras. "Hoje se perdeu o pique da batalha, tenho saudade do tempo em que lutávamos para conseguir dinheiro para isso e para aquilo," diz Raquel Moreno, lembrando a "fase heroica" e lamentando a "falta de um movimento autônomo". Para ela, as últimas eleições enfraqueceram e dividiram o movimento feminista brasileiro, uma decorrência da opção ideológico-partidária das militantes.

liza o espaço da mulher a nível institucional e da sociedade civil.

Em Natal, Constanza Duarte também aponta a influência do momento político, dizendo que as questões político-partidárias desviaram a questão feminina do centro principal do movimento. A seu ver isso é negativo, embora traga mais legitimidade ao movimento. Principalmente em Natal, Constanza reclama que "o machismo e o preconceito atrasam muito a evolução do movimento, e ainda está se começando a tomar consciência dos direitos e do verdadeiro papel

Recordações dos verdes anos num colégio de freiras

Fui aluna de colégio de freiras entre 6 e 14 anos — conta Fulvia Rosenberg. A imagem que revela é de uma menina moreninha perdida numa saia de casemira azul marinho, pregueada, blusa ou fustão de mangas compridas, meias até as coxas, sapato de verniz. A saia era para durar bastante, acompanhar a menina durante alguns anos. A grande dificuldade era manter o uniforme limpo, sem ter muito gasto com o tintureiro.

Educação em colégio de freiras. Qual sua influência na perpetuação de estereótipos, na repressão sexual das mulheres? "Não se podia mesmo falar português, mas saía se de lá com um caráter que era uma maravilha: a educação era exemplar, moderna... nós tínhamos o espelho no quarto!" Lembram com saudade Semiramis Marx Pereira Lima (Dona Milão) e Deisy Vargas do Amaral.

Sem dúvida, um tempo bom para ser revivido! O Des Oiseaux oferecia aula de tudo: dança, piano, pintura, bordado, artesanato, etiqueta — além do currículo normal. "Saíamos de lá preparadas para sermos educadas e elegantes em qualquer situação", garantem Dona Deisy e Dona Milão, que passaram os anos de infância e adolescência nos arborizados recantos de um dos mais tradicionais colégios de São Paulo, na década de 20.

"O ensino era fraquíssimo, recorda Ana Corbisier, ex-aluna de outro colégio tradicional, o Sacré Coeur de Maria. Matérias como etiqueta e religião eram eliminatórias e super-puxadas. A refeição obrigatória antes do lanche, do banho, da aula."

"Havia nota para delicadeza, ordem, comportamento, aplicação — lembra Maria Moraes, também ex-aluna do Sacré Coeur — notas que valiam tanto quanto as de português, matemática..."

"Dentro do rigor exigido no uniforme, na etiqueta, na disciplina, havia uma brecha enorme para o descuido alheio com o estudo em si — diz Ana. No máximo todas seriam boas donas de casa, damas de sociedade, reprodutoras do status quo da alta burguesia. E dos preconceitos."

DINHEIRO E RACISMO

"O colégio era aberto a todas, desde que tivessem dinheiro" — declararam Milão e Deisy. "A família vinha em forma de pão e bolos, comuns e muito festejados: tínhamos uma variedade imensa deles, quase

Reprodução do Colégio Des Oiseaux



As novas freiras: da catequese à política com prostitutas

Da congregação do Bom Pastor, Irmã Eliene e Irmã Zulma são exemplos das novas freiras. 31 anos, Eliene é uma morena bonita, de Salvador. Irmã Zulma tem 57 anos, inteiramente por fotografia. Hísonhas e divertidas, as duas desenvolvem seu trabalho missionário junto às prostitutas do Bras, bairro da zona leste de São Paulo. Moram com outras irmãs e algumas amigas numa casa que, segundo Eny, uma das leigas, "está mais para república do que para convento".

Eliene, Zulma e Eny conversaram conosco sobre a atual vida das religiosas, o trabalho com as prostitutas, a situação da mulher na Igreja.

Eliene — "Em menina me encantava com a religião, mas isso passou. Fui trabalhar no Rio, namorei firme pra casar e fui ficando desiludida. Comecei a achar tão pobre ter uma vida dedicada a um homem só, o marido, uns poucos filhos... A religião voltou a aparecer na minha cabeça com força total".

"Para mim era o máximo da doação o que as irmãs faziam, que era cuidar dos pobres, dos presos. Entrei na Congregação faz 11 anos. Foi nesse período que se acentuou um questionamento interno do trabalho pastoral da Igreja. E eu participei desse processo. Queríamos trabalhos mais abertos, queríamos ir até as pessoas, não trazê-las para nós. De que adiantava tirar algumas prostitutas da zona para serem convertidas?"

Zulma: — "A mudança da noção de pecado individual para pecado social redimensionou a questão dos marginalizados e das prostitutas dentro de nós. Numa cidade como São Paulo, onde há 300 mil prostitutas, cabe nos perguntar que estruturas sociais, políticas e econômicas estão gerando tudo isso. Costumamos dizer que elas não são, mas es-

Jade (sem usar essa palavra) ao elástico de uma calcinha. "Se usasse muito, ficava velha, frouxa e mais voltaria ao normal".

Já suas antecessoras, Deisy e Milão, afirmam que o "colégio era moderno, não tinha nada disso de tomar banho de camisola." Mas os banhos que Ana conhecia eram orientados para as internas, só de camisola sem estregar muito, de preferência. Tudo era pecado. "No colégio não se encontrava um só absorvente, em caso de necessidade — lembra Maria Moraes. A ideologia dominante era de que o homem contaminava, o que ficava muito claro no ditado *'É melhor casar-se do que abraçar-se'*".

"Fantasmas a solta!" — diz Fulvia. "As freiras tinham cabelo comprido ou eram carecas? Quando dormiam? Nunca vi uma beber água ou ir ao banheiro. O que existia dentro do hábito que só deixava ver as mãos e o rosto?"

Aos 13 anos, Ana Corbisier foi considerada elemento nocivo e convidada a se retirar do Sacré Coeur porque seus pais tinham se separado. Lá Tanya sofreu uma discriminação cotidiana, sutil, pelo fato de não ser de família rica e porque sua mãe, ao contrário de todas as outras mães, trabalhava.

Mas Dona Milão e Dona Deisy recordam com saudade "o tempo do colégio, onde fomos felizes, se sentiam bem, tinham liberdade para tudo..."

Sandra Barbosa



Dona Suziramis Marx Pereira Lima foi aluna de Des Dissaux na década de 20: "As aulas de religião eram puxadíssimas".



Iracê Eliene: "A Pastoral da Mulher Marginalizada deve se chamar Pastoral da Mulher. Toda mulher é marginalizada".



Fátima Rosenberg estudou em colégio de freiras aos 5 anos 14 anos: "O colégio era enorme, tudo limpo e em ordem. Uniformizada".

ção prostitutas. Nossa perspectiva é estimular que haja fraternidade entre elas".

"Nosso objetivo imediato — diz Eliene — é levantar fundos para ter um centro de convivência para as prostitutas do Brás onde haja atendimento ginecológico, um fogãozinho para que elas se cozinem e fiquem chá ou café. Um banheiro, onde as que vem de longe possam se produzir para fazer o troitoir, quem sabe até uma creche.

Uma experiência nesse sentido já existe em Santos, da onde veio Eliene, mas aqui "queremos avançar mais". A ideia desse centro de convivência se formou a partir do contato com as prostitutas que as irmãs mantêm, visitando-as em duplas nos hotéis onde trabalham, nos banheiros de jardim, nos banheiros públicos.

"Nesse contato com as prostitutas procuramos perceber porque o oposto nos atrai, quais são as motivações psicológicas para que uma traga gosto de trabalhar com prostitutas. Aconiece que essa divisão está fundada na ideia de que o celibato se aproxima da santidade, assim como a prostituição se aproxima do inferno. Na verdade, a gente imagina que as prostitutas "mantêm" muito de sexualidade, de corpo. Que não ficam pasma de ver o desconhecimento, como o corpo para elas é um instrumento de trabalho explorado e desconhecido."

"Além do mais, a noção de pecado não está mais vinculada a sexo. A prostituição é um pecado da estrutura social que a fabrica. Se nós optamos pela virgindade, pelo celibato, é para estar a serviço do povo. A situação da mulher em geral hoje não é mais casar, ser religiosa ou solteirana. Outras perspectivas se abriram e é dentro do sexo que vem mudando a situação da mulher na própria Igreja."

"Na leitura da bíblia, estudos recentes provam que Maria Magdala era uma líder de comunidade e que passou à história como prostituta em função do machismo, judeu que não aceitava mulheres como líderes. No Brasil, ainda não há um movimento organizado na Igreja que mexa com a questão da mulher, mas já despontam preocupações — o trabalho da irmã Zeza, por exemplo. De todo jeito, ainda é comum as mulheres delegarem poder aos padres, quando há Encontros, mesmo na Pastoral da Mulher."

Ethel Leon

Até mesmo no governo do estado esse sexo é nosso

A educação sexual dirigida às mulheres sofreu inegável avanço nos últimos 10 anos. Antes tido e evitado, agora já é discutida e solicitada até mesmo dentro de instituições governamentais. Essa guinada gradual hoje pode ser vista em carne e osso nos *Folhetos Sobre Sexualidade da Mulher*, elaborados por uma equipe de pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas — Carmen Barros, Cristina Bruschini, Cecília Simonetti, Elizabeth Meloni e Maria José Araújo. Os folhetos receberam o nome de "Esse sexo é nosso" e vieram atender solicitação de grupos de mulheres da periferia, que queriam discutir as relações entre os sexos. "Falar da sexualidade — segundo elas — é uma forma de questionar os diversos mecanismos que mantêm a opressão feminina; e, a partir daí, começar a mudar o cotidiano".

MÃES DE DIADEMA

Protagonistas dos folhetos, as mães de Diadema, em suas reuniões com as pesquisadoras, no Clube de Mães do Jardim Santa Rita, em 1981, escolheram os temas que deveriam ser discutidos, partindo do princípio de que não existia material para qualquer tipo de informação sobre sexualidade feminina, a não ser o obviamente técnico ou o pornográfico. Desta forma, as discussões em grupo sugeriram assuntos como aborto, orgasmo, sexo anal, consulta ginecológica e o corpo feminino. Em seguida houve o trabalho de críticas ao material,

que, durante um ano, submeteu os folhetos às análises e testes das protagonistas de pessoas ligadas à educação sexual e a pessoas que atuavam em outros grupos de mulheres, como explica Maria José Araújo, médica, pesquisadora da Fundação.

"No início, o trabalho começou a ser propagado entre grupos feministas, mas, depois de pouco tempo, grupos de creches, professoras, Motor, universidades, bibliotecas e postos de saúde demonstraram interesse incomum no trabalho que estava sendo feito".

A função dos folhetos é levantar questões e incitar a participação do grupo, propondo assim uma atitude não terapêutica, mas educativa, como explica Elizabeth Meloni, médica sanitarista, funcionária da Secretaria de Saúde de São Paulo. "Não é necessário que se dê uma aula sobre sexualidade, como faria um médico, por exemplo. É necessário que as mulheres falem, discutam suas dúvidas e tenham consciência de que possuem uma sexualidade sadia".

NAS SECRETARIAS A INSTITUCIONALIZAÇÃO

Beth trabalhou no projeto da Fundação até o começo de 1984, quando foi aprovada no concurso da Secretaria de Saúde. Lá ela continua o trabalho com os folhetos, discutindo com o pessoal técnico da própria rede. A trajetória pessoal de Elizabeth Meloni evidencia o caminho do projeto de educação sexual. Se antes sua realização dependia de ações heróicas e semi-marginais, hoje é uma prática dentro das instituições.

Os folhetos "Esse Sexo que é Nosso" copriaram diversas partes do país — Goiás, Brasília, Rio Grande do Sul — além de servir de base para o trabalho de educação sexual em Cabo Verde. Ao contrário do que se poderia supor, a disparidade cultural das diversas regiões não dificultou a aplicação dos folhetos. Ao contrário, comprovou uma tese defendida abertamente pelas pesquisadoras dos folhetos.

"— Foi impressionante constatar que até as mulheres de Cabo Verde tinham os mesmos problemas e dúvidas que as brasileiras" — diz Maria José.

OS FOLHETOS AGORA

Atualmente, tanto na Fundação Carlos Chagas, como nas secretarias de saúde e órgãos ligados ao governo, os folhetos seguem dois rumos: o da avaliação e da continuidade. Na fundação, Carmen Barros, Cecília Simonetti e Maria José estão em conjução para uma série de folhetos dirigidos a adolescentes da FEBEM, elaborados a partir de discussões com internos e com técnicos.

A sexualidade, no caso das instituições, sai da marginalidade pela porta da frente, a mostra a conquista de um espaço político dentro dos órgãos diretamente ligados à estrutura do poder, onde o papel da mulher é, antes de tudo, redimensionado.

Sandra Barbosa

A moral sexual do general (uau!)

"A senhora sabe o que é necrofilia? E pedofilia? Tem idéia de quantas aberrações sexuais existem no mundo moderno?"

Foi em 1971. A repórter, 19 anos, secundarista de jornalismo, arregalou os olhos e tentou fazer com que seu entrevistado "se respondesse dentro da pauta que era "a falta de material didático para o ensino da moral e cívica." Fora muito difícil conseguir a entrevista. O entrevistado não achava correto ficar a sós com uma moça (a repórter) numa sala, mesmo com a porta aberta.

Depois de uma semana de conversações telefônicas, a repórter teve que fazer a entrevista de pé, no meio de um corredor de uma faculdade. Só que o entrevistado preferia discorrer descritivamente sobre anomalias sexuais, vociferando contra a inteligência dos povos que habitam "países infestados pelo amor ivra, como a Suécia". Souu um sinal e o entrevistado se desculpou, "tenho que voltar à aula".

O entrevistado era o general Moacir de Araújo Lopes, um dos membros da Comissão Nacional de Moral e Cívismo, encarregado pelo então Ministro da Educação Jarbas Passarinho, de dar um parecer sobre o projeto de introduzir nos currículos de 1º e 2º graus a educação sexual, de autoria da deputada Julia Steinbruck (MDB-RJ).

Os membros da Comissão foram contrários à educação sexual nas escolas. Porque, segundo o general "Não se abre à força um botão de tsa, e sobretudo com mãos sujas."

Ethel Leon

De novo: o direito de controlar nosso próprio corpo

Uma das coisas mais importantes que se verifica no estudo da Década é a queda da fecundidade feminina. As mulheres estão controlando sua fecundidade em todas as regiões do Brasil: mulheres de todas as classes, de todas as idades, e não mais apenas uma elite, como se considerava. Isso não quer dizer que seja uma prática assim generalizada. Mas por exemplo: se as mulheres de baixa renda do Nordeste antes tinham dez filhos, hoje têm oito.

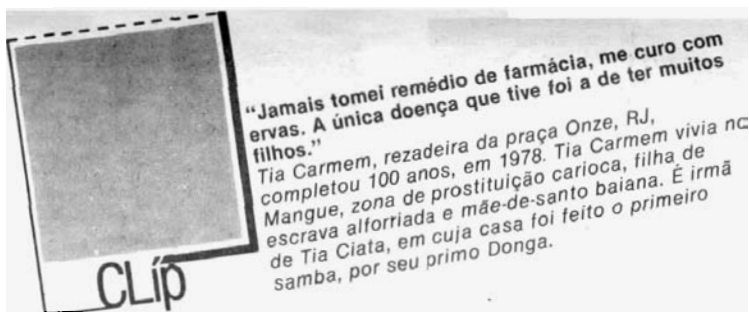
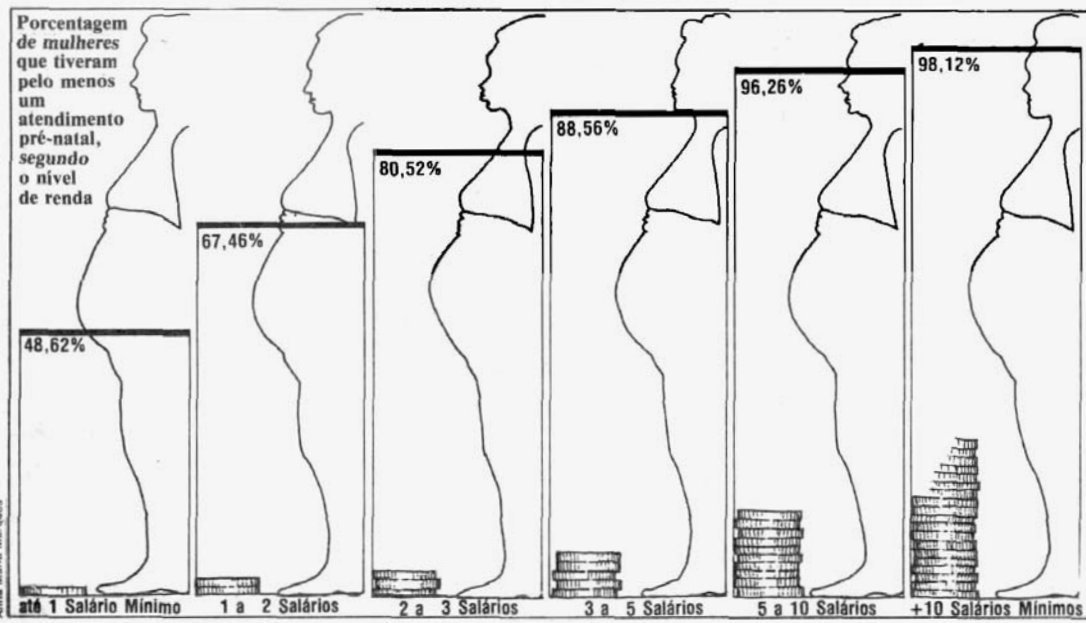
A nível dos movimentos sociais, tenho a ressaltar a emergência dos movimentos feministas, colocando o direito da mulher controlar sua fecundidade a exigindo do Estado que esse direito se torne efetivo. Se no início do movimento estava preocupado em não ser confundido com o

feminismo burguês — insisto na luta geral, na democratização, nas contradições de classe —, ao se afirmar ele assume e dá grande ênfase à luta pelo controle da fecundidade. Não porque esta seja a luta mais importante, mas porque só o feminismo cuida dela.

Outra questão é o momento político que vivemos, de transição, com um Estado menos autoritário e mais permeável. Embora ainda esteja longe de prover as necessidades da população, o Estado hoje ouve as mulheres e diz que vai dar conta de suas reivindicações. Em geral, não chega a fazer nada, mas ao menos diz que vai fazer.

Essas são três mudanças fundamentais. Mas ainda assim temos que lutar bem mais do que gostaríamos, por causa do entulho das idéias autoritárias, que ficam contrapondo o malthusianismo e o antimalthusianismo. Daquelas que acham que devemos ter muitos filhos para povoar a Amazônia e dos outros que querem controlar o crescimento e a violência urbana através da esterilização do nosso útero, sem considerar o direito da mulher sobre o seu próprio corpo. São tantas as vozes que ainda falam dessa perspectiva, que nosso ponto de vista não fica claramente colocado. Eu entendo que essa é uma das razões para a vacilação do Estado no atendimento de nossas reivindicações.

Mas é importante lembrar que o secretário de Saúde do Estado de



Como o Senhor pode ver, aquela nossa plêno de povoamento de Amazônia é uma questão de semanas...

São Paulo. João Yunes, colocou a questão da saúde da mulher como uma prioridade do seu governo. Ele fez também um compromisso eleitoral do governador Montoro. Até hoje, porém, apenas três pessoas estão trabalhando no programa, em tempo parcial. É preciso ter uma dotação orçamentária e pessoal adequados para que isso se traduza na prática. Há uma longa distância entre a prioridade no papel e a prioridade na prática, agravada pela confusão do debate ideológico entre o natalismo e o anti-natalismo.

Essa camisa de força das idéias controlistas versus anti-controlistas exigem do movimento feminista uma energia enorme, já que nos vemos obrigadas a afirmar e reafirmar, tipo catequese, nossa posição. Com isso, vê-se prejudicada a elab-

oração de propostas para os problemas que surgem. Por exemplo, elaborar uma proposta de um serviço de educação sexual realmente novo, que não venha com respostas prontas mas abra um espaço para as mulheres elaborarem um saber coletivo sobre a sexualidade e a reprodução, o que possibilitará uma relação médico-paciente mais igualitária. E que é também o caminho para evitar a coerção e a manipulação das mulheres por uma política de planejamento familiar.

Outra questão prejudicada por causa da energia dedicada à catequese é refletir sobre os mecanismos de controle e participação nos programas do Estado, para que respondam de fato às necessidades da população. Às vezes parecemos ratinhos tentando desarrapados colocar a coleira no gato. Somos poucas, sem mecanismos de representação legitimados, e nossa relação com o Estado é nova e exige de nós que nos preparemos para enfrentá-la. Sobre isso, as formas encontradas aqui em São Paulo, com a colaboração do Conselho, são os Fóruns mensais entre o movimento — particularmente os grupos que trabalham com saúde — e o Estado, para discutir os passos dados e os problemas enfrentados na implantação do Programa de Saúde da Mulher.

Uma coisa que eu não exploro na pesquisa da Década mas que continua um campo obscuro é a área da pesquisa biomédica em reprodução. Essa é uma questão importante: quem define as prioridades de pesquisa e que participação temos nessa definição? Certamente as pessoas que decidem têm uma mentalidade diferente da nossa, estão distantes de nossas necessidades. Outra coisa é a questão do direito das cobaias, as mulheres que sofrem os experimentos das pesquisas médicas. Que mecanismos de fiscalização e controle temos sobre isso?

Geralda, 34 anos de idade, 10 de casamento e... 10 filhos. Todo ano, depois de parir, jurava que era a última vez. "Mas parece que eu pagava a língua, todo ano aquele barigão." Agora ela está feliz da vida com o "santo médico" que fez a "caridade" de lhe amarrar as trompas.



Eu sabia que todo ano ia ter um filho. Com esse desabafo, que mais parece um lamento. Gera da Santos e Silva, 34 anos, moradora do Grajaú, SP, tenta explicar como era sua vida antes de fazer "a" operação. Faz um mês que Geralda conseguiu amarrar as trompas, numa operação gratuita conseguida com muito esforço, depois de ter dado à luz dez vezes. Exatamente desde que casou, todo ano, um filho. Como moraram antes de completar um ano porque "eram muito fraquinhos". Dos outros cinco, o mais novo tem 25 dias e o mais ve-

mo assim, para fazer a operação como diz Geralda, ele não cooocou empecilho, "desde que fosse de graça"...

Geralda casou na terra do marido, Maranhão, na roça. Era "filha de Maria", muito devotada. Os mãe, poucas lembranças guarda, pois ela não se abria com as filhas, "não usava, entende, mãe falar com as filhas". Amigas, não tinha. Morava mesmo é no mato, sem nada poró; posto médico, então, nem pensar... E Geralda não sabia que podia evitar filhos. "Como?", pergunta ela hoje, "se nem ia ar com outras pessoas, "blava?". Assim começou "seu martírio", como ela mesma recorda: "Case e abandonei tudo, até eu mesma. Era aquela coisa de viver

novu". Geralda, mineira, teve febre amarela e o marido resolveu vir pra São Paulo. De parentes, só uma cunhada, que pouco viu, desde que chegou, há 5 anos. Então começou a ir ao médico que "não paga" (posto), e ele receitou pilulas, depois de achar graça: "É tão bonito ter um filho!"

Por esquecimento e inadaptação — ela sentia enjôo e doemava — Geralda ficou grávida mais duas vezes. Só da última não foi parto normal. Nunca evitou de nenhuma outra forma, porque simplesmente não sabia que existia a gum método, sem ser a pilula. Aborto, nem pensar, porque "não era da formação dela".

Evitar filhos, "padecer no inferno"

mais um tempão, porque com a baranga, a patroa despede a gente". Geralda é taxineira, trabalha em firmas, em casas de família. Mesmo na roça, queria trabalhar pra ajudar em casa. Mas como com o barigão? "Agora não vejo a hora de casar e resguardar pra poder voltar a trabalhar, porque com "ele" desempregado tá difícil." — E com vocês vivem, agora? "Ah, a gente pede um pouco nas casas vizinhas, o povo daqui é muito bom."

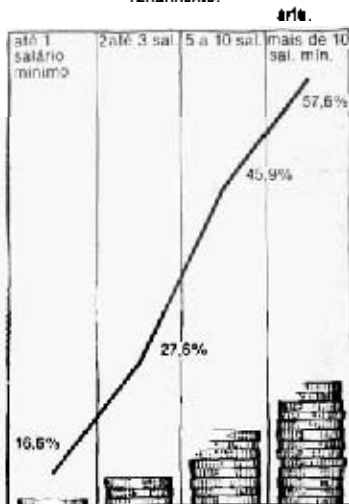
pra trabalhar Geralda vai deixar as crianças na creche. Dois já es-

que ele é ignorante e pode ficar desconfiado, meio ofendido, né?...

Com ar cansado e moído, esboça sorriso, mostrando a gengiva sem dentes e os olhos, brilhando: "Ah, se pudesse escolher tinha um casal de filhos, que é o certo, né, dois tá bom; dá pra gente trabalhar, ter uma atenção com o mando e também por causa do dinheiro, menina..."

Sandra Barbosa

Porcentagem de cesárias, segundo o rendimento:



O marido disse que teria a operação "se pudesse". Ele é muito bom, segundo Geralda, só o que estraga é a bebida, que aí "ele fica violento, fora de si; mas depois passa". E Geralda confessa que também não gostava quando dava à luz e ele não respeitava a dieta, machucava ela toda, "porque ele gosta de fazer. Eu? Eu nunca senti emoção, não. Era só aquela preocupação de que ia ficar grávida de novo, até Deus ter pena de mim". Pode ser que agora melhora, com a operação... "Mas acho que sou muito fina", conclui ela, acrescentando que o marido não faz carinho, nem diz "coisas doces" é só "aquilo" mesmo, "vai direito". Falar com ele, nem pensar, por-

Para os "problemas de nervoso", nada de calmante

Dois experiências muito bonitas na Casa da Mulher do Grajaú, periferia de São Paulo: o grupo de teatro e o grupo de reflexão, ajudando as mulheres a se conhecerem.

A Casa da Mulher do Grajaú, na periferia da zona Sul de São Paulo, criada há cinco anos, atende cerca de 150 mulheres da região, na maioria casadas, que frequentam cursos de datilografia ou costura, visitam a médica e participam de lutas sociais do bairro, como a campanha por alimentação mais barata e subsídio ao leite. É essa Casa que tomou uma iniciativa pioneira na saúde mental da mulher: grupos de reflexão que reabilitam as mulheres a enfrentarem seu cotidiano sem o auxílio de remédios ou choques elétricos. Trata-se do grupo de teatro da Marta e do grupo de reflexão da Gilda, como são conhecidos entre as participantes.

CASAS EM GAIOLAS

Gilda Alice Centurión Braga é terapeuta ocupacional e já foi responsável pelo Centro Comunitário de Saúde Mental de Paripeiros. Ali ela percebeu que a maioria da população que procurava o Centro eram mulheres com "problemas de nervos", somatização e relacionamento difícil com marido e filhos — logo taxadas de "histéricas" pelos terapeutas.

Sentindo que esse não era o tratamento adequado porque muitas vezes o problema remetia a causas sociais e não individuais, Gilda iniciou um trabalho de terapia de grupo. E logo transferiu esse trabalho para a Casa da Mulher do Grajaú, já que as mulheres com quem fazia o grupo moravam nessa região.

Hoje, dois anos depois, Gilda acredita que o saldo é positivo. Os grupos de reflexão socializam as experiências — sobretudo de opressão e discriminação — das mulheres. A grande maioria é casada, com filhos, só dona-de-casa, com idade entre 18 e 60 anos, e uma queixa comum: todas se sentiam fechadas, sem perspectivas, viam o trabalho doméstico desvalorizado, repetitivo e cansativo. "Não são casos individuais, são problemas da condição feminina, hoje", diz Gilda. Nos grupos de reflexão, a terapeuta se coloca no mesmo nível da mulher que participa do grupo, pois muitas vezes tem os mesmos problemas, como a opressão e o acúmulo de serviço em casa. Os grupos trabalham com atividades expressivas — jogos dramáticos, argila, pintura, E,

sintomaticamente, a maioria dos desenhos mostra casas dentro de gaiolas...

Esse é um trabalho alternativo, e Gilda não sabe dizer que resultados teria uma institucionalização. Ela acha que os centros de saúde estão encampando mais a iniciativa, "trabalhando hoje com parcelas da população, como as mães de excepcionais. Uma institucionalização mais "normal" ainda está sendo discutida. "Atualmente há abertura para isso, o que é bom, pois se reconhece que a sociedade tem sua parcela de culpa nos problemas "nervosos" das mulheres", conclui Gilda.

O TEATRO, NEM SEMPRE DOCE.

Neusa da Silva, casada há quase 15 anos, é uma das participantes do grupo de teatro da Marta. O marido baiano e "chegado a uma pinga" não gosta. Mas é ele mesmo o motivo de Neusa estar no teatro. "Ali a gente representa o que vive em casa, os problemas, as dificuldades. Antes de começar, há dois anos, eu estava ligando louca, louca mesmo."

O marido de Neusa não a deixava trabalhar, escolher suas próprias roupas, se pintar ou sair com quem quer não fosse ele ou a parentes. E mesmo andando "na linha" Neusa não escapava de apertar quase sempre que o marido bebia. E frava cada — por vergonha, medo de apertar mais.

A agonia chegou a tal ponto que Neusa começou a brigar com os quatro filhos, a "judiar" dele

Caiu em si e procurou um médico no posto de saúde. Ela recebeu calmantes — fortes, ela ficava quase dopada, e muito deprimida. Resolveu fazer ginástica e foi procurar um curso na Casa da Mulher. Entrou no grupo da Marta e começou a largar as calças e sentir que a loucura começava a se afastar...

"A gente fazia as reuniões muito espontaneamente, a Marta só ficava olhando. A gente falava o que sentia, uma ia aconselhando a outra, aí a gente ia representar as coisas que aconteciam em casa. Eu sempre peguei papéis masculinos, de machão mesmo, porque sempre fui mandona".

E as peças começaram, além de tudo, a fazer sucesso, com exibições no Sindicato dos Químicos e na praça da Sé. Onde são chamadas, elas vão e representam ao vivo, sem texto, sem roteiro, sem ensaio. Porque representam o que vivem, num teatro que nem sempre é doce.

"O grupo da Marta me ajudou demais, se não fosse isso, eu já estaria no hospício ou mesmo na cadeia. Não resolvei diretamente meu problema com meu marido, mas apertar, ah, isso nunca mais. Neusa acredita que o casamento ainda pode dar certo, porqu está aprendendo a "não ser "capacho da homem", a ser independente (hoje dá aulas de pintura em tecidos na própria Casa da Mulher) e a "dar moral", mostrar ao marido que "o ser humano merece respeito".

Sandra Barbosa

16/ABR/93

O Plano do Ministério mudando mentalidades

O PAISM surge dentro das brechas do sistema autoritário, no governo Figueiredo. Na verdade, o Ministério da Saúde não tinha outra saída senão fazer alguma coisa, já que o então ministro do Exército, Waldir Vasconcelos, tentava efetivar um programa de controle da natalidade, naquela linha de limitar a população pobre para diminuir a pobreza. Se em sua elaboração o PAISM não teve a participação de muito gente, a proposta que fizemos foi certamente muito debatida, sofrendo inclusive modificações a partir de idéias e críticas que surgiram. Para nós, técnicas que saímos por este país difundindo o programa — na verdade, fazendo um trabalho de mobilização política —, ficou claro que poucas vezes um programa de governo foi tão debatido.

Outra coisa a ressaltar sobre o Plano é que o material educativo tem sido feito com a colaboração dos grupos de mulheres. Além dos cadernos de sexualidade da Fundação Carlos Chagas, existe um material sobre pré-natal sendo concluído pela Marta Zanetti, do CEAMI — Centro Estadual de Atendimento Materno Infantil, do Rio de Janeiro; a Cartilha de Goiânia, feita com a colaboração da médica Maria José Araújo, feminista; e um material sobre contracepção, feito pelo IDAC e SOS Corpo. O pessoal do SOS, por exemplo, dá aulas para os médicos que vão implantar o programa em Pernambuco.

Uma grande contradição é que o Ministério da Saúde propõe mas não executa. O grosso dos serviços de saúde é oferecido pelo Inamps, que precisa assumir esse projeto para que ele possa ser efetivamente implantado. A rede de serviços estaduais é atualmente muito fraca, o tem que ser reforçada com mais verbas.

E há ainda a rede municipal, que agora está se fortalecendo. Então, enquanto discurso, tudo bem. Mas não estamos mais na hora de discursos, a hora é de as coisas acontecerem. Mas, se a proposta do Ministério é equipar os serviços de saúde e treinar pessoal, mudando a mentalidade dos técnicos a respeito do papel social da mulher, na verdade nos defrontamos com problemas estruturais como por exemplo o baixo nível salarial dos trabalhadores de saúde ou o esvaziamento dos postos.

Essa é uma grande contradição: o Ministério propõe um programa de excelência para um setor que nunca foi considerado prioritário. Agora, dentro do Ministério o projeto é prioritário, e o grupo de trabalho do PAISM teve muita liberdade. Colocar claramente a proposta de separar sexualidade e reprodução, como o Plano coloca, foi um avanço muito grande em termos de governo.

É um processo lento. Não é um programa que se faz e no dia se-



Médica e feminista, Ana Reis é uma das técnicas que trabalharam no projeto do PAISM — Plano de Assistência Integral à Saúde da Mulher —, do Ministério da Saúde. Aqui, ela conta como foi possível surgir dentro do governo Figueiredo um projeto que, apesar de polêmico, acabou recebendo o apoio das feministas; e quais os maiores problemas para sua implantação.

guinte já está implantado. Os equipamentos necessários são muitos: mesa ginecológica, eletrocautério, infraestrutura de laboratório para prevenção de câncer. Para se ter uma idéia, a única coisa atualmente oferecida à mulher nos postos de saúde, o pré-natal, não exige mais que um aparelho de pressão, uma fita métrica e uma balança.

Outra coisa que considero chave é a descentralização. É impossível, em Brasília, planejar detalhadamente para o Brasil inteiro. Certamente a realidade do Maranhão, por exemplo, é diferente da de Santa Catarina. São os próprios Estados que sabem de suas possibilidades. Da mesma forma, é preciso municipalizar os serviços de saúde.

Quero ressaltar ainda a feminização do setor. Ela é hoje predominantemente feminino, tanto no nível superior — médicas, enfermeiras, bioquímicas, dentistas —, quanto nos níveis médio e elementar. Também as coordenadoras da área materno-infantil das Secretarias estaduais são em sua maioria mulheres. Essas mulheres são potencialmente feministas. Podem ter sido "falcizadas" em sua formação nas Faculdades, onde são levadas a imitar o comportamento do homem. Mas imagino ser necessário apenas um pouco de reflexão para que elas reconheçam na paciente uma igual, uma companheira. Reavivar a mu-

lher que existe dentro dessas profissionais já será um passo em direção a uma grande melhora na qualidade dos serviços.

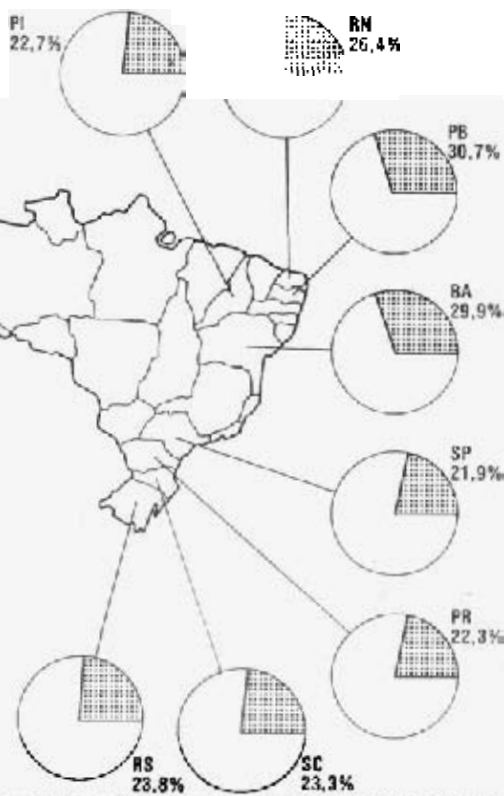
As pessoas ficam super mobilizadas com a proposta do Plano. Essa é a nossa experiência nos Estados em que trabalhamos mais intensamente: Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Goiás, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Minas Gerais, Alagoas, Sergipe. Isso além da implantação-piloto em Goiás e experiências localizadas em algumas cidades do interior e bairros de São Paulo.

Agora, esse é um ano muito ruim para a implantação de qualquer coisa, porque é um ano político. Há muitos rearranjos, o próprio Ministério está se reestruturando. O recém-criado Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Mulher vai funcionar como um cara de reivindicações importante, com o papel de cobrar do governo essa prioridade. Mas o ponto chave é quem tem que fazer esse projeto andar é a população. Esse Plano não é do Ministério, não é do Governo. É das mulheres desse país. Me parece que o papel dos grupos de mulheres hoje é passar informações para a população feminina, para que ela possa reivindicar a implantação efetiva do programa.

Inês Castilho

Porcentagem de Mulheres casadas que relataram pelo menos um aborto (1978-1981)

(1978-1981)



O IDAC, dando uma força ao programa

O IDAC — Instituto de Ação Cultural — está sendo sujeito de uma iniciativa semelhante à das pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas. A convite do INAM — Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde — está, junto com o SOS CORPO da Recife, estudando a viabilidade de produzir materiais didáticos informativos às mulheres sobre o planejamento familiar e, ao mesmo tempo, produzir material formativo para o pessoal que trabalha nas unidades médicas.

A responsável por esse trabalho é Mariiska Ribeiro, que já vem de uma experiência gratificante feita em Parati. Lá, a exemplo de outros locais foi feito um trabalho de pesquisa com as mulheres da comunidade, sobre o nível de informação e conhecimento que tinham de sua própria sexualidade. A partir dos resultados da pesquisa, das reuniões posteriores, foi feito um budo visual que serve para "gancho" de debate nas reuniões da comunidade. O material — "As Mulheres e a Saúde: Apre-

nder para Viver Melhor" — aborda o modo como a sexualidade feminina deve ser tratada inclusive pelo pessoal que atende as mulheres em órgãos oficiais, como explicou Ana Figueiredo, uma das sociólogas do IDAC envolvida no trabalho. Aos poucos, esses técnicos foram gerando outros grupos, que chamam seu próprio material de apoio para outras discussões, como aconteceu em Goiânia", diz ela.

O INAM, órgão do Ministério da Saúde, desenvolve programas inteiramente voltados para a saúde da mulher. O fato de um órgão como esse solicitar o trabalho até certo ponto revolucionário do IDAC traz um saldo positivo, segundo Mariiska e Ana: "é a primeira vez que uma instituição governamental chama para assessoramento, num trabalho educativo, grupos que se identificam com a questão feminista e fazem, por outro lado, trabalhos alternativos sobre saúde e sexualidade com grupos de mulheres".



Albertina de Oliveira Costa é pesquisadora da Fundação Carlos Chagas.

O exame de um silêncio, de uma ausência

O grande avanço registrado durante a Década é de ordem imaterial, diz respeito aos termos em que passou a ser tratada a questão da mulher. Indagações especulativas de fundamento biológico foram abandonadas em favor do equacionamento político de um problema.

A posição social das mulheres nunca foi uma questão na tradição política do Ocidente. Os objetivos da Década desafiaram o postulado da ausência das mulheres na agenda política formal e permitiram que se tornassem visíveis os mecanismos subjacentes às hierarquias sexuais, à divisão sexual do trabalho e às demais relações de gênero.

No Brasil, durante esses dez anos, assistimos ao teste da hipótese que o desenvolvimento econômico beneficia automaticamente a

condição das mulheres. Posição oficial do governo brasileiro nesta matéria, que serve de justificativa para a inexistência de qualquer política voltada especialmente para a mulher e para a inconsistência entre sua posição internacional — aprovando o Plano de Copenhague em 1990 a ratificando a Convenção das Nações Unidas sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher — e sua posição interna de desinteresse em implementar os mecanismos que garantam a efetiva realização desses objetivos que declarou ter.

O exame da política governamental brasileira com relação à mulher e o exame de um silêncio, de uma postura liberal de não intervenção que nem chega a merecer explicitação formal. O exame da participação feminina nos processos de de-

claração é o exame de uma ausência. Num exercício — quase de ficção científica — foi verificada a presença ou a ausência das mulheres nas principais posições de mando, em âmbito nacional, tanto a nível do Poder Executivo como dos Poderes Legislativo e Judiciário. A progressão da presença feminina nos níveis onde as decisões são tomadas é insignificante embora o espaço conquistado, ainda que simbólico, não deva ser desprezado.

Começam a aparecer, mais recentemente, sinais de mudança, quase imperceptíveis para o olhar desarmado, que apontam no sentido de uma aceitação da necessidade da formulação de uma política global que vise a garantir às mulheres uma efetiva igualdade com os homens.

Albertina de Oliveira Costa

Ruth, no Conselho Nacional: "eles me acham um abacaxi"

Exatamente no fim de Década, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher já é quase uma realidade. A comissão formada para encaminhar o regimento do Conselho tem mulheres parlamentares de todos os partidos. Entre elas, uma das principais articuladoras da ideia, Ruth Escobar, que será certamente sua presidente. Ruth trouxe ao Brasil, em junho, a ministra dos Direitos da Mulher na França, Yvette Roudy. "É a única forma de mostrar aos homens do poder que não somos loucas e tudo que falamos já está sendo feito lá fora", diz ela

Por que formar uma comissão pró-Conselho exclusivamente de parlamentares?

É a maneira que encontramos de ampliar politicamente a composição do Conselho. Pois veja bem, a discussão acontecia praticamente só entre as mulheres do PMDB. Não vou entrar no mérito da questão, o fato é que era isso que acontecia. Devo confessar que havia dentro do PMDB um a polémica sobre quem deveria estar no Conselho e a tendência era afunilar politicamente. Agora não, todos os partidos pelos menos estão presentes.

A composição exclusivamente parlamentar então vai ser um critério para a composição do Conselho?

De modo algum. No regimento interno estamos definindo critérios de composição que contemplem pessoas de reconhecida

competência e trajetória dentro dos movimentos de mulheres. Queremos a presença dos movimentos autônomos, de tendências políticas, de pessoas ligadas à academia, todas voltadas para a especificidade dos problemas da mulher. Esse unir o é fundamental, porque não podemos de modo algum ser instrumentalizadas pelos partidos políticos. Não é a toa que as feministas hoje têm horror a entrar em partidos. E porque sabemos que nossa luta está sendo cooptada. Temos que ter é muita lucidez para que isso não aconteça, temos que estar de fora, nos movimentos autônomos, fazendo a crítica e de dentro, estilizando esse sistema machista.

Esse seria então o objetivo do Conselho?

Não é pelo fato de existir o Conselho que os problemas das mulheres estarão resolvidos. O Conselho é um patamar, é um instru-



Eva Bray, a ministra francesa Yvette Roudy e Ruth Escobar.

mento para, inclusive, dar caífe político para as mulheres. Uma das coisas mais importantes vai ser nossa capacidade de propor políticas, de fazer campanhas matriciadas que explicitem os problemas das mulheres ao máximo. Temos que ter força política, temos que ser formidas, temos que atingir a opinião pública, mobilizar.

Que campanhas serão privilegiadas?

Temos algumas ideias: lançar simultaneamente uma campanha de creches e uma campanha de direito à contracepção. O Sarney, por exemplo, ficou esterrecido ao saber o número de abortos que acontecem anualmente no Brasil.

Se não podemos atacar diretamente esse problema, vamos tentar reduzir o seu número. Acho que além de necessidades muito sentidas pelas mulheres, creches e contracepção são campanhas que vão ajudar a mudar a imagem das feministas enquanto aborteiras...

E essa imagem que predomina nos altos escalões?

Na verdade, elas se sentem incorodados, ameaçados. As vezes acham que vamos atuar enquanto uma instituição de caridade, elas não têm féias. Mas logo logo eles vão entender. Por exemplo, vamos atacar o problema das creches no interior do próprio aparelho de Estado, vamos obrigar o próprio governo a, pelo menos, cumprir a legislação. Vamos também entrar na educação, vencendo o sexismo no material didático adotado no país.

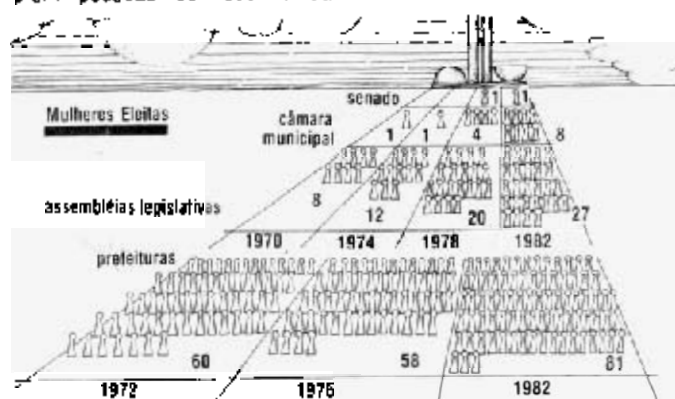
Qual o poder real do Conselho para fazer tudo isso? Os Conselhos de São Paulo nem tem dotação orçamentária...

Ah, mas o Nacional vai ter. Os Conselhos Estaduais foram criados por decreto administrativo, podendo ser extintos a qualquer momento. Assim, eles não têm força alguma. O Nacional será criado por projeto de lei, aprovado no Congresso. Terá autonomia política e fundo próprio. Vai falar em nome do governo e poderá encaminhar projetos ao Legislativo. Foi linha medo de que esse processo retardasse a instalação do Conselho, mas na verdade pode-se arranjar um acordo das lideranças dos partidos e apressar a aprovação. Vamos reivindicar assento junto ao Conselho dos Ministros, inclusive.

Você acredita numa instalação tranqüila do Conselho, uma aceitação de suas ações?

Acho que vamos é enfrentar muitas brigas. No outro dia, tivemos dificuldades de conseguir uma lista de máquina de escrever no Ministério da Justiça onde o Conselho ficará sedado! É por isso que temos que centrar nossa atuação comprometendo a opinião pública. Já acertei com várias atrizes a participação gratuita numa campanha pela contracepção a ser feita nos meios de comunicação de massa. Mas devo confessar: vou começar manso, porque sei que meu discurso assusta, que os homens do poder me consideram um abacaxi!

Ethel Leon



Barreiras "normais", por ser mulher.

A Justiça, ora a Justiça... O Poder Judiciário esconde preconceitos ferozes contra as mulheres. Por isso, as poucas que chegam a ocupar altos cargos trabalham sob tensão, com medo de cometer a menor falha.

A lei 5.473, de 1978, proíbe qualquer discriminação entre os sexos no provimento de cargos em empresas públicas ou privadas e prevê sanções de prisão e multa a quem tentar obstar seu cumprimento. No entanto, o Poder Judiciário é o primeiro a dar o exemplo sexista. No Supremo Tribunal Federal, no Tribunal Federal de Recursos, no Tribunal Superior Eleitoral, no Superior Tribunal Militar e no Tribunal Superior do Trabalho, a ausência feminina é total.

"O direito é machista, em todas as suas instituições — afirma a advogada criminal Zulaiê Cobra Ribeiro. A Ordem dos Advogados é machista, os advogados e até as advogadas são machistas, almas as mulheres mais machistas que existem são as profissionais do direito."

Em 1980 — conta Zulaiê — houve concurso público para a magistratura e três mulheres foram aprovadas. Só que na hora de passar pelo crivo da comissão de seleção, as três foram barradas. A primeira porque era solteira — e assim sendo teria hábitos de solteira, tipo namorar, sair sozinho; a segunda porque era casada com um advogado — que poderia advogar na mesma comarca que ela, influenciando-a; e a terceira porque era desquitada, imagine

só... Na comissão, um advogado discutiu esses critérios e os três acabaram ingressando na magistratura são nossas três primeiras juízas."

Em 1984 vieram a público várias denúncias semelhantes. As mulheres se inscrevem nos concursos públicos, são aprovadas e depois barradas nas sessões secretas realizadas pelos desembargadores que analisam caso por caso. Ou seja, é no sigilo dessas sessões secretas, realizadas com base legal, que se escondem os reais preconceitos. As mulheres engravidam, são traídas para dar com a violência, não podem ser removidas pois não abandonam a família, têm comportamentos moralmente condenáveis

"REGRAS PRÓPRIAS"

— "O preconceito é absurdo — comenta Zulaiê. O desembargador Rosendo Junqueira declarou, há algum tempo na televisão que mulher não pode ser juíza porque tem regras próprias que não as do tribunal! No interior da própria carreira, as mulheres vão escolhendo aquelas que saem mais compatíveis com a feminilidade. Como profissionais liberais, preferem as áreas cível e de família, em seguida a trabalhista e comercial, depois a administração



Dra. Heliete, Secretária da Justiça de Santa Catarina.



Dra. Norma Kiriakos, ex-Procuradora Geral da Justiça do Estado de S. Paulo.

e tributação e, em último caso, a criminal."

"A gente não muda esforços para provar que é competente", desabafa a dra. Heliete Marly Fromeno Lea, única mulher à frente de uma Secretaria da Justiça, a de Santa Catarina. Durante os encontros de 84, ela ficou dez dias em seu gabinete, sem voltar para casa. "Acabei convencendo os homens que, durante uma calamidade, a mulher não senta e chora."

A carreira de procuradores do Estado é mais aberta à presença feminina, hoje com cerca de 50 por cento de mulheres, segundo Norma Kiriakos, ex-Procuradora-Geral do Estado de São Paulo.

"Para mim esse avanço tem a ver com a luta das mulheres. Quando cursei a faculdade havia 55 mulheres entre 323 calouros. Hoje a participação feminina cresceu muito."

Norma considera que os preconceitos são menores hoje. De qualquer forma, quando foi nomeada procuradora ouviu comentários tipo: "Você viu? Uma mulher na Procuradoria e o nome dela ainda é

Norma?" Segundo Norma, a luta das mulheres nesta década contou muito, não só a nível de mudar a legislação, como de alterar a inter-relação dos tribunais.

Dra. Heliete conta que, no começo da gestão, seus colegas secretários não a convidavam para as reuniões. "Tive que estar presente sempre, até eles se habitarem. Tenho a noção de que não posso falhar em momento algum, porque se falhar não darei oportunidade para outras mulheres no primeiro escalão."

Quando tomou posse, dra. Heliete causou de buir da imprensa a pergunta: "Como é que a senhora se sente comandando tantos homens?" E sempre respondia: "Do mesmo modo que o Secretário da Educação comandando tantas mulheres."

Zulaiê Cobra Ribeiro confirma o fato nas advogadas trabalharam sempre sob tensão: "E as tomam muito mais cuidado para evitar erros, se cansam muito mais porque estão sob os olhares de todos os colegas, à espera de um desvio, um erro, um descuido. E o pior é que dificilmente enxergam a discriminação. Porque os privilégios são também uma forma de discriminação."



"Quem ama não mata". As inscrições nos muros das cidades refletiam a ação decidida dos SOS Mulher na luta contra a violência. O COJE, iniciativa do CECF e da Secretaria da Justiça existente desde 84, só foi possível porque as feministas ousaram gritar.

Armas contra a violência

arrando espaço para que as mulheres pudessem reagir e se expressar.

Em pouco tempo organizaram-se entidades feministas semelhantes em Minas Gerais, no Rio de Janeiro, em Porto Alegre. Com um papel decisivo em casos como o julgamento do assassino de mulheres (Doca Street, Lindomar Castilho), os SOS sempre funcionaram sem qualquer apoio institucional, contando com um trabalho voluntário de plantonistas.

Em São Paulo, o SOS fechou suas portas em 1983. Os motivos? Falta de apoio institucional, esgotamento das plantonistas, dívidas frente à perspectiva do trabalho. E até março de 1984 aconteceu em São Paulo um vazio, não havia para onde encaminhar as vítimas da violência. Até que foi fundado o COJE, Centro de Orientação Jurídica e Encaminhamento à Mulher, iniciativa conjunta do Conselho Estadual da Condição Feminina e da Secretaria de Justiça do Estado de São Paulo.

— "O Centro surgiu para ajudar a mulher nos seus direitos e para ajudá-la a resolver seus problemas na área jurídica, como solicitação e fixação de pensão alimentícia" — diz a dra. Leila Buzar, uma das 18 procuradoras do Estado que atendem no COJE.

"A maioria das mulheres que vai ao COJE — relata Leila Buzar — precisa muito mais do que orientação jurídica. Elas precisam de apoio para tomar decisões. Costumamos encaminhá-las para o setor de psicologia do centro."

Como aponta Bibia — Maria Filomena Gregori, antiga militante do SOS —, que prepara uma tese de mestrado sobre o SOS, na USP, o COJE foi criado com o intuito de oferecer um serviço específico que é a orientação jurídica. Sua função, portanto, e assistência, enquanto no SOS a assistência ficava em segundo plano, a prioridade era a ação de cunho político.

"Além disso — diz Bibia — no COJE o que se procura é uma solução de curto prazo e no SOS o importante era desenvolver uma prática mais alternativa, formar grupos de reflexão sobre a condição feminina, o que ainda dificilmente ocorre."

Se há notoriamente diferenças entre um trabalho militante, feminista e um serviço ligado ao aparelho de Estado que marca o reconhecimento do movimento social ligado ao aparelho de Estado e sua institucionalização, uma característica comum se mantém: os problemas, a angústia e os conflitos vividos pelas mulheres que chegam a esses serviços. As que procuravam o SOS as que são atendidas no COJE.

"A maioria das mulheres que vêm nos procurar estão profundamente fragilizadas, não têm a menor consciência de seus direitos. Além disso, são extremamente submissas e não se valorizam enquanto mulheres."

Uma discriminação Um discriminação mais sutil

Quando em 1978 conclui uma pesquisa sobre a situação educacional da mulher, cheguei a algumas conclusões interessantes. A primeira, que a situação da mulher no plano da educação formal era equivalente a do homem, o que embora já tivesse sido apontado na época causou grande espanto. Para o senso comum, as mulheres eram ainda discriminadas enquanto estudantes - o que é verdade para países do terceiro mundo apenas marginalmente. Apesar dessa igualdade, porém, homens e mulheres têm uma trajetória educacional relativamente paralelas, pois as mulheres estão nos chamados "quotos educacionais".

Nesse quadro, que se mantém para a Década, encontra-se ainda bolsões de grande discriminação na escola: as mulheres mais velhas e os meios rurais, mostrando que nunca houve uma política educacional específica para elas. A população feminina mais velha do meio rural, assim, é mais analfabeta e tem os níveis mais baixos de escolaridade, em contraste com a jovem do meio urbano, numa situação educacional melhor.

Foi muito interessante tentar esboçar para os educadores que, apesar de existir uma escola mista que já quebrou a separação por sexo, o significado da frequência à escola para o homem é diferente daquele para a mulher. A mulher estuda na escola não só pelo que significa ter um diploma, mas porque a escola é um meio possível de socialização legitimada fora do espaço da casa. Vários indicadores estatísticos nos levaram a essa hipótese: por exemplo, proporcionalmente, a taxa de participação feminina entre os estudantes do Nordeste é maior do que em São Paulo, mas a maior frequência é do curso supletivo de que fazem parte os cursos de alfabetização, alfabetização para adultos, alfabetização para a educação da mulher, além de aprender. As mulheres vão para a escola porque "é gostoso" porque "vale a pena", não só para aprender.

Isso coloca uma série de problemas para aquela teoria do "capital humano", que estabelece a relação entre o custo e o aproveitamento no mercado de trabalho. A mulher, apesar dos níveis educacionais, nem sempre encontra salário e ocupação condizente com seu nível. Quebra também um pouco aquela visão que vitimiza a mulher, pois é um indicador de resistência.

Como estará repercutindo no seu cotidiano o fato das mulheres estarem frequentando a escola por mais tempo, e um número maior de mulheres estar estudando? Na educação dos filhos, na interação com o companheiro, e até nos meios de comunicação destinados à mulher? Em que medida isso não seria um dos determinantes da multiplicação de revistas, programas de rádio e televisão "femininos" mais sofisticados, que tratam não só de casa e cozinha?

Tereza Caldeira, em seu trabalho "Há mais distância entre o céu e a terra", de 1982, onde trata de líderes políticas não vinculadas a partidos ou à Igreja - as "líderes por conta própria", como as chama - mostra como a mulher pode ser levada à participação por ser esse um espaço de sociabilidade legitimada. Tereza vai fundo na questão da participação política, ultrapassando o nível formal - o que é um desafio no plano do conhecimento - e tentando estudá-lo com suas repercussões no cotidiano.

A outra coisa muito interessante, e agora em outro plano, é a questão do salário do professorado. Na época de expansão da matrícula do segundo grau, que começa a ocorrer na década de 60, o que você percebe são duas coisas para elas: uma acentuada feminização do professorado e uma deterioração do salário. Isso faz levantar a hipótese de

que essa expansão de matrículas a nível do segundo grau tivesse sido possível às custas das mulheres. Uma pesquisadora argentina retomou essa questão para a América Latina e não encontrou nenhum caso que negasse essa hipótese. O que é uma coisa muito importante para os planejadores de educação pensarem. E aí eu não vejo só a questão da exploração das mulheres mas os nós em que se encontra a realidade do país - deterioração do ensino, grandes índices de reprovação, etc.

O que é também interessante é que no plano cotidiano você tem uma categoria profissional com o dia útil em grande parte ocupando na socialização de crianças e adolescentes, e não se sabe quais as implicações mútuas disso. Como é que essa mulher reage com os filhos, trabalhando o resto do dia com crianças em condições péssimas? E como reage na escola, em função de continuar lidando com criança o resto do dia? O mais incrível é que a inteligência da educação não leva em conta que são mulheres, e não homens, que fazem esse trabalho.

A outra coisa que a gente percebeu, e muito claro, é que sendo majoritariamente feminina, você encontra na categoria duas pirâmides salariais. Mesmo no professorado as mulheres recebem salários inferiores aos dos homens. Quanto mais valorizado o nível escolar, mais abrisse essa diferença - isso a nível salarial. Mas levanta-se também o

questão de que essa pirâmide em relação aos níveis tem alguma coisa a ver com a própria sexualidade, no sentido de que nos níveis mais baixos de idade a expectativa e necessidade é que se tenha um contato mais corpo a corpo, que não seja só de tipo racional. As informações vêm também através de sensações que, de um lado, são formas de contato mais próximas do doméstico; mas é também como se a sociedade achasse que o desejo sexual não se estabelecesse entre a mulher e a criança.

O que surgiu de novo foi a incorporação da educação sexual nos estudos da educação da mulher, principalmente nesse período de ditadura; e a parte de esporte, que é ainda muito incipiente, mas acho que é um tema que vale.

O que faltou de importante? Uma coisa foi a formação profissional: o que existe de dado é muito pouco. E não tem nada trabalhado sobre a educação informal, muito vinculada ao movimento social. (Educação popular, cursos de educação sexual para adultos, o que ocorreu em educação nos clubes de mães, surgimento dos "prezinhos" em favelas, com muita participação das mulheres em reivindicação por educação, etc.) e extremamente importante. A opção de pesquisas à educação formal não foi por essa razão essa área, que de alguma forma acabou sendo incorporada nos outros capítulos, áreas da pesquisa sobre a década.



Fátima Rosenberg é psicóloga, pesquisadora da Fundação Carlos Chagas e professora da PUC/SP.

Em meio a reação adulto-branco vinculada pela literatura infanto-juvenil procurando desmistificar discriminações entre as categorias de idade, sexo, cor, etnia e origem socioeconômica este foi o objetivo de Fátima Rosenberg na pesquisa que coordenou recentemente publicada pela Global com o título "Literatura Infantil e Ideologia". Aqui, uma pequena mostra dos dados levantados por ela.



Meninos brancos na frente. Meninos negros nos últimos lugares do banco e menina branca debaixo da mesa.



AS AVENTURAS DE DITO CARREIRO

Todo cuidado é pouco para evitar um contato físico entre a menina branca e o menino negro.



AS AVENTURAS DE POTÉNTIMO

As novas mulheres de Atenas

Sabel, Hortência, Vera Mossa, Paula Jaquelim, Patricia Amorim, Silvana Campos, Esmeralda de Jesus, Jorilda Sabino, Débora Sraut e Conceição Geremias. Sim, já temos as heroínas do esporte brasileiro nos anos 80. Algumas bem pagas, com patrocinadores, estrutura de treinamento possibilitando dedicação total e o reconhecimento nas ruas. Outras nem tanto. E a maioria ainda lutando por um espaço, passando por sacrifícios, enfrentando barreiras e preconceitos.

"O meu corpo tem essa rotina diária de seis horas de treinamento. O importante é cuidar da cabeça para tudo funcionar direito", diz Vera Mossa, considerada a mais bela atleta dos Jogos Olímpicos de Los Angeles. "Antes de tudo, sou mulher", repete a rainha do basquete Hortência. Mas para chegar a este ponto — acesso aos meios de comunicação e aceitação da sociedade — muita água rola ou na última década.

O ensino (deficiente) da Educação Física nas escolas continua o mesmo. Apenas 20% dos alunos das escolas de 1º e 2º graus frequentam efetivamente as aulas. O sistema educacional brasileiro tem suas prioridades e quem quiser, tem que procurar outros meios de desporto ver aptidões para o esporte.

"Lá no colégio, nós só fazemos ginástica e são raras as aulas de vôlei". Apaixonada por esta modalidade, Débora Seriacoppi, 15 anos, resolveu treinar na equipe do Paimeiras. Aluna do colégio de 2º grau "Alercio Silveira", ela sabe que corre o risco de observar os meninos jogando futebol.

AINDA O PAÍS DE PELÉ

Desde o último título mundial, conquistado em 1970 o futebol no

Brasil vem enfrentando uma séria crise de talentos, dinheiro e público. A má qualidade dos jogos tem diminuído as rendas sensivelmente. Mas, enquanto os clubes namoram a falência, a bola continua a rolar como símbolo do único esporte que deu certo na Terra de Pelé.

Neste quadro, o vôlei e o basquete — principais concorrentes do futebol — contaram com a ajuda das mulheres e alçaram vôo. Em 82, a seleção brasileira feminina de vôlei conquistou o público fazendo grandes partidas no Mundial disputado em São Paulo. Depois foi a vez das "meninas do basquete", lideradas pela dupla Paula e Hortência, mostrarem raça e criatividade no Mundial de Basquete.

Com as vitórias do Brasil no vôlei masculino e a descoberta de que os novos talentos extratutelados poderiam render juros e dividendos, as empresas trataram de montar suas equipes e valorizar o sonho dos mais jovens. Atina, recebe Cr\$ 10 milhões por mês, mais de Cr\$ 50 milhões de luvas pode ser apenas uma questão de paciência. "Sei que meu preço é este e quem quiser contar comigo, vai ter que pagar". Imbóis a levantadora Jaqueline que, antes de assinar contrato com uma equipe do interior de São Paulo, vendeu camisas autografadas para se manter.

Se os investimentos são altos (em Sorocaba, a Lutkin — equipe de uma multinacional norte-americana, gastou Cr\$ 600 milhões para trazer jogadoras de nível de seleção), o retorno é garantido e o trabalho de base continua duvidoso. São poucas as empresas que estão montando estruturas voltadas para a formação de jovens atletas. Entre a esco-



Conceição Geremias, medalha de ouro panamericana, segue uma trilha aberta por Maria Lenk, recordista mundial de natação em 1939

cnamadas de homens". Além disso, a discriminação chega às leis que proibem professoras de Educação Física de darem aulas para os meninos.

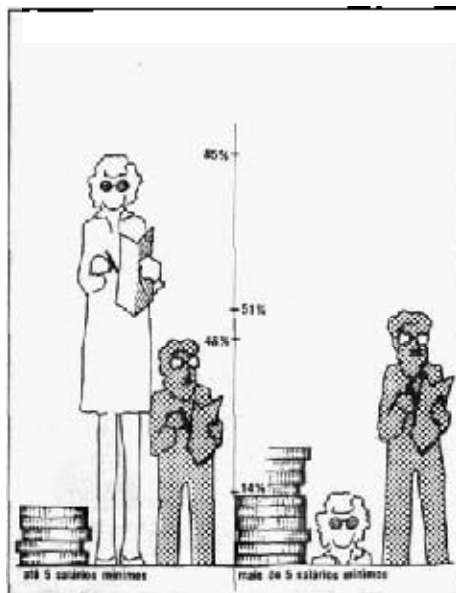
Mas há quem veja mudanças para melhor. Conceição Geremias, recordista sul-americana de héptalon e 400 mts com barreira, chega aos 28 anos de idade com uma medalha de ouro panamericana, uma filha (já ensinei tudo para ela, se quiser vai ser atleta) e o ingresso na faculdade de Educação Física. No passado, apenas a elite brasileira tinha o privilégio (também atleta) que quis impedir sua ida aos Jogos Olímpicos de Moscou. "Ele mandou decidir entre os Jogos e o e Vôlei."

Negra, Conceição teve que vencer mais de uma barreira. "Eu não nasci rica", costuma dizer quando constata que a maioria das mulheres que estão no atletismo, vem de classes mais pobres. "Elas são mais discriminadas, por serem mulheres e negras. Mesmo assim, o motivo é a tirca feita para a ascensão social", analisa Lucilêa.

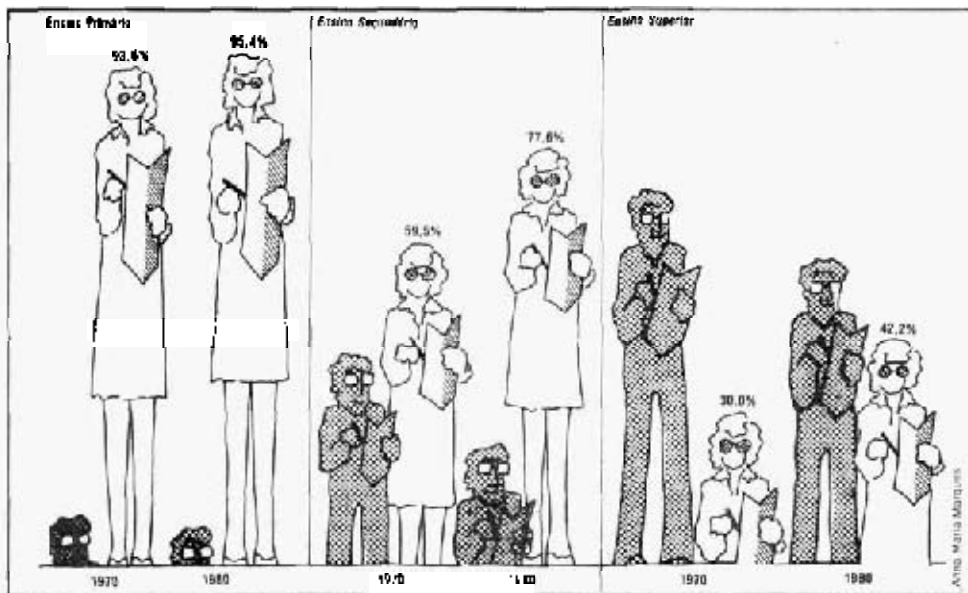
Falar em otimismo seria uma tentativa arriscada de analisar a situação das mulheres desportistas. Afinal, escola, clube e empresa podem vir a ser caminhos para o esporte, mas ainda estão longe de atingirem a massificação. Por enquanto, restam mesmo o exemplo das super-atletas, precedidas por Maria Lenk. Aos 70 anos de idade, recordista mundial de natação em 1939 e agora na categoria dos "masters" (velhos), ela carrega o orgulho de ter sido a primeira mulher da América do Sul a participar de uma Olimpíada (Los Angeles — 32). É em suas ideias a respeito da mulher no esporte. "Devíamos a barreira legal que nos impediu de jogar futebol. Lutar judô e praticar outras modalidades, consideradas masculinas. Agora, está na hora de deixarem a mulher decidir qual esporte o arriscado ou não".

Luciano Borges

Rendimento mensal dos professores, por sexo



Professores homens e mulheres por nível de ensino



O dia-a-dia de uma "segunda mãe"

O prédio escuro, meio amarelado, fica num dos limites da periferia de São Paulo. Um pouco mais além, na rua de baixo, não existem mais favelas, casas ou qualquer outro tipo de coisa que lembre vida. Só mato. Ah, realmente, acaba a cidade.

Mas um quarteirão antes está o prédio da escola. À esquerda, uma quadra de futebol de salão pouco utilizada. À direita, um espaço vazio — muito mato e muito lixo. Dentro da escola nada melhora. Os poucos vidros que existem nem sempre estão inteiros. A sala dos professores é pequena, escura, com uma mesa, um pequeno sofá e um armário de vestiário.

Neste prédio se revezam 1.200 alunos em quatro períodos: manhã, vespertino, tarde e noite. Os maiores — com idade entre 14 e 18 anos, estudam das sete e meia às onze da noite, mas isso só se provarem "muito bem provadinho" — como disse um bedel — que trabalham o dia inteiro, além de trazerem uma autorização por escrito dos pais.

É nessa escola, a Clodomiro Carneiro, Vila Morro Grande, Brasilândia, São Paulo, que Odete da Silva trabalha, todo dia, da uma da tarde às onze da noite. Não foi uma opção sua: a Delegação de Ensino encaminha os professores para onde houver vaga. Mas, há cinco anos na Clodomiro, Odete gosta da escola, já se habituou com os alunos.

De manhã, em casa, ela prepara as aulas e corrige provas, sempre com os filhos por perto — uma menina de 14 anos e um menino de 15. Não dá tempo de cuidar da casa: quem se encarrega disso é uma prima. O marido, João Antônio da Silva, funileiro mecânico, só ajuda em caso de doença. "Ah, até louça e lava, em caso de doença e de alguma reunião que eu tenha que ir". Mas nas assembleias sindicais e reuniões aos fins-de-semana, Odete procura levar os filhos, quando não vê possível dado de briga ou de discussão.

O marido apóia seu engajamento no movimento sindical, a ida às assembleias e a participação nas greves, quando necessário. Mas não gosta de ir buscá-la todo dia às onze da noite na escola, depois de um dia de trabalho. Eles moram em Pirituba e, de carro, a Brasilândia não fica longe.

Odete diz que nunca enfrentou problemas de racismo na escola, sempre foi bem aceita por alunos, colegas, direção e funcionários. "O racismo está na pessoa. A partir do momento em que você adquire um comportamento, uma postura um pouco mais elevada, você vê que o racismo não está no semelhante, está em você. Se você se coloca como um ser normal, tudo bem. Agora, se você se distancia do outro por



Hoje está difícil, mas Odete vai levando, de olho no futuro

problema de cor, então você está sendo racista. É lógico que ele existe, mas a pessoa tem que saber se impor no seu lugar. Ele existe, em qualquer lugar ele existe. Não se pode obrigar ninguém a gostar de você. Depende de sua formação, que vem desde a infância: se os pais são racistas, automaticamente os filhos são."

Entre o trabalho e a casa, não dá tempo pra quase nada. A última peça de teatro que Odete assistiu foi



A maioria silenciosa começa a falar

Professoras: a dificuldade no plural

"A professora é a segunda mãe das crianças". Esse estigma vem colocando o professorado feminino dentro do submundo da educação, onde além de serem atravessadas pela discriminação que rende a sociedade como um todo, as professoras confrontam-se com a discriminação feita dentro de sua própria categoria profissional e sindical.

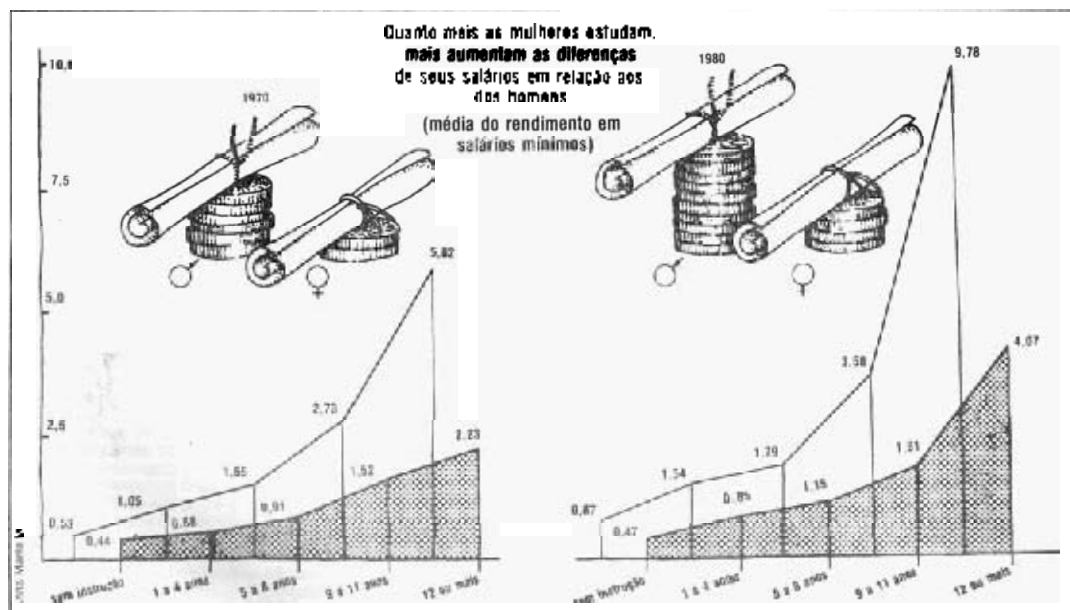
Partindo do princípio de que, para a mulher, ensinar é um dom natural, a sociedade e os companheiros de carreira calam qualquer iniciativa de reivindicação por direitos mais humanos de sobrevivência das professoras enquanto categoria. As dificuldades vêm de forma grotesca ou natural: numa entidade composta por mais de 60% de mulheres, as três chapas que concorreram à direção da Apeoesp tinham, nada mais, nada menos, que 50% do seu quadro efetivo composto por homens.

A sigla da entidade já pode ser encarada como discriminatória, pois trata-se da "Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de SP". No entanto, o problema maior pode estar dentro da própria categoria feminina da entidade. Um exemplo disso é a reação de algumas professoras, na ocasião do Congresso, quando foi aventado o tema Mulher e Educação para debates: "Ora, já não está clara a articulação mulher x educação? Já não estamos cansadas de saber que a mulher é educadora por excelência?" Ou então a explicação dada por Beatriz Pardi e Marília Carvalho, respectivamente diretora de imprensa e Divulgação e componente da Comissão Sobre a Questão da Mulher da Apeoesp, quando questionadas sobre a entidade ser de professoras e não professoras: "Na Língua Portuguesa, o masculino predomina no plural: e, além disso, se fosse associação das professoras, os homens não participariam..."

Entretanto, algum avanço está sendo notado no movimento de conscientizar a professora de seus direitos: a chapa vencedora da última eleição da APEOESP, por exemplo, incluiu no rol de reivindicações a luta por creches gratuitas e a extensão da licença maternidade para seis meses.

Essa reivindicação reconhece, entre linhas, a vida dura da professora que além de tudo, é mãe: a sobrecarga de trabalho no lar fica maior porque não há onde deixar os filhos para trabalhar ou participar de alguma atividade sindical, existindo também a dificuldade financeira provocada pelos salários, comprovadamente inferiores aos de seus companheiros de profissão em diversos lugares de ensino.

A Apeoesp teve ainda a iniciativa de criar, após tanto tempo, a Comissão sobre a Questão da Mulher, cujo objetivo é conscientizar a professora de seus direitos e encaminhar as reivindicações da categoria.





Um fato político inquestionável

Considerada nova para as crianças. Ilgada à lóbia de abandono — que costumava girar enormes doses de culpa nas mãos —, a creche hoje é tema de pesquisa, de militância social, até mesmo de cursos de pós-graduação. Maria Malta Campos fala aqui sobre o tema.

Por que abordar creche num diagnóstico da situação das brasileiras na Década?

A creche foi nessa década uma das principais lutas das mulheres. O movimento de mulheres imprimiu uma direção ideológica na discussão, desviando a questão da área assistencial e consagrando o cuidado com as crianças de zero a seis anos enquanto um direito. O assunto surgiu desde 1977, quando participei da Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou a discriminação à mulher.

Por que você diz que a creche hoje é concebida como um direito, se há tão poucas creches públicas e gratuitas?

Pois é, há uma quantidade pouco significativa de creches, de fato. Em 1982 havia dez por cento das crianças até seis anos atendidas por creches públicas. E não é só a quantidade, as creches são ruins. Mas de todo jeito, há dez anos atrás, creche era coisa de entidades filantrópicas. Pode-se dizer que o movimento de luta por creches criou uma situação inédita neste país: em geral a legislação é avançada em várias questões, só que não é cumprida. No caso das creches não há legislação a respeito e, no entanto, o Estado já responde como se houvesse.

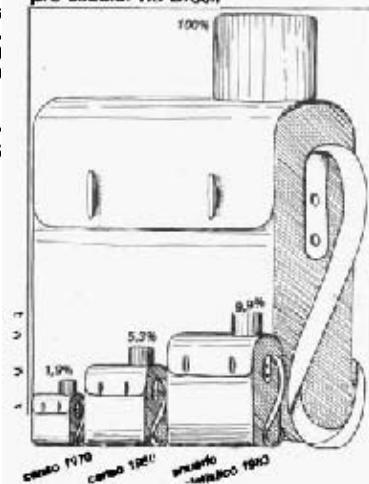
Não há lei a respeito das crianças pequenas?

Pela Constituição, a escola é obrigatória para crianças de 7 a 14 anos. Ela deve ser pública, gratuita, leiga e obrigatória. As outras faixas de idade estão descobertas. Desde hoje se preparam formulações para a Constituinte que obriguem de fato o Estado a se responsabilizar pelas crianças. Ou seja, a creche deve ser concebida enquanto um direito da criança.

Essa ausência de legislação fragiliza o movimento por creches?

Sem dúvida, o que acontece é que depende da política de cada prefeitura, depende de pressões... O que

Evolução do atendimento pré-escolar no Brasil



vem acontecendo na Prefeitura de São Paulo, por exemplo, é um leilão de creches, realizado pela Secretaria do Bem-Estar Social. A Prefeitura constrói, equipa e depois entrega a creche nas mãos de alguma entidade — desde instituições filantrópicas, religiosas como terreiros de umbanda —, subsidiando-a. Se isso acontece num bairro onde as mulheres estão organizadas, a Secretaria promete que ela será mantida pela própria Prefeitura, como se isso fosse um favor especial.

A desculpa oficial dos órgãos públicos é que se barateiam os custos quando se entrega a creche para terceiros, repassando verba pública.

Em primeiro lugar creche não é uma coisa barata mesmo, não. Boa alimentação, higiene e também um ambiente acolhedor, calor humano, estimulação adequada, custa caro. Acontece que hoje está mais do que provado que, no caso de São Paulo, o dinheiro repassado para as creches conveniadas cobre totalmente os custos da creche e às vezes, até sobra dinheiro. Só que, se essa creche fosse da própria Prefeitura, os pais e mães das crianças poderiam ter um controle sobre ela, entendendo-a como coisa pública, paga pelos seus impostos. Se ela é conveniada, é vista como um favor a população.

De todo jeito, não existem propostas no sentido de baratear racionalizando os custos das creches?

É lógico que sim. Às vezes o poder público entende que controlar é sinônimo de luxo. E a gerência das creches é muito ineficiente. Tudo é muito centralizado, há uma enorme quantidade de órgãos que decidem sobre a creche. Além do mais, é fundamental enfrentar o modelo de creches com excesso de técnicos e poucas crianças. Já existem experiências de soluções mais baratas de creches.

Você falou da ausência de legislação sobre creches. Mas existe aquela disposição na CLT com relação às creches nas empresas.

A luta por creches privilegiou as creches em local de moradia. Sempre ficamos imaginando os problemas da creche nas empresas: se a mãe é demitida, a criança perde a vaga; imaginamos o local de trabalho como aquele lugar horrível e poluído, e a condução, como é que a trabalhadora vai carregar o bebê nos braços cicado aí fora, etc... Hoje tenho claro que se existem problemas nas creches em empresas, não é por isso que se deve deixar essa alternativa de lado.

Esses problemas nas empresas estão na cabeça de quem luta por creches. A realidade é diferente?

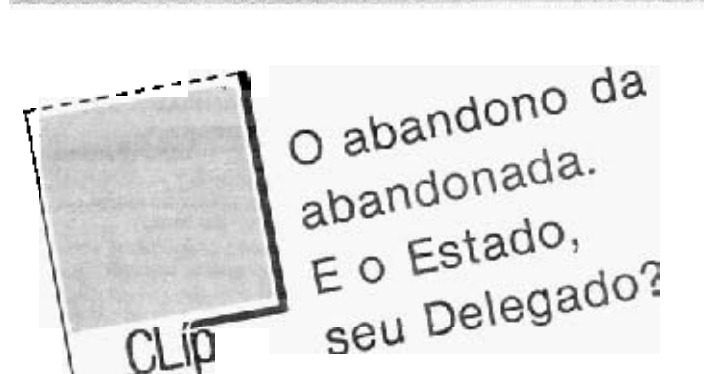
Muitas vezes é. Nas maioria das creches que o Conselho (CECF) visitou, a parte material é ótima. As mulheres geralmente vêm para a fábrica em transporte da empresa e dá para sentir que a lógica aplicada na creche é a lógica da eficiência na

própria empresa. Tudo é rápido, há jogo de cintura, ao contrário das creches municipais que são lentas, centralizadas, duras de molejo. Quero deixar claro o seguinte: exigir creches em empresas não significa, de modo algum, deixar de exigir creches das prefeituras. Hoje existem no país 23 milhões de crianças com menos de sete anos de idade. Só nas áreas metropolitanas vivem seis milhões de crianças, muitas confinadas em casas sem água, sem esgoto e sem comida. Além do mais, o número de mulheres com filhos pequenos que trabalham fora de casa aumentou muito. O Censo de 1980 demonstrou que quatro milhões de famílias brasileiras são chefiadas por mulheres com rendimentos baixíssimos. Então, não é a creche que vai resolver o problema da miséria, mas ela é fundamental.

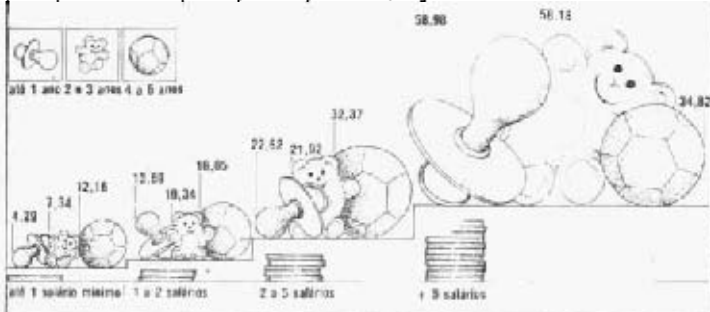
Ultimamente vem-se falando pouco em creche e muito em soluções tipo mãe crecheira...

Acho que esse é o jeito de desviar a luta por creches. Um programa bem feito de mãe crecheira tem os mesmos custos que uma creche. Isso está amplamente demonstrado. Porque é preciso dar infra-estrutura, mantimentos, controlar... Além do que, não funciona, é totalmente irreal diante da nossa realidade. Instalar uma mãe crecheira significa apenas por um carimbo oficial na miséria.

CLIP



Crianças até 6 anos que frequentam pré-escola, segundo os salários da família.



Aconteceu no Jardim Bonança, São Paulo, outro dia. Policiais de RP-141H foram chamados por vizinhos de Jane Mgr a A ves. 20 anos, para arrastarem a porta de sua casa. Dentro, no quarto, Michele (um ano e meio), Mário (dois) e Marcelo (três), foram encontrados nus, chorando de fome e frio, em meio a uma enorme sujeira: restos de milho e feijão, misturados com fezes e urina.

As vizinhas de Jane, Maria de Fátima e Claudemir, testemunharam que ela constantemente dormia fora de casa, deixando as crianças trançadas no quarto apenas com uma manta de colchão. O caso foi relatado no 4.º DP

de Osasco e o delegado Jaime Meira do Nascimento determinou que as crianças sejam encaminhadas ao Juizado de Menores e indiciou Jane em inquérito.

Ameaçada de perder a tutela dos filhos, e a contou que os deixava em casa porque tinha que trabalhar, a fim de arranjar dinheiro para a comida. Essa situação começou quando foi abandonada pelo companheiro José Jataia (que será indiciado por abandono do lar, se for encontrado). O fato mostra de maneira crua e dolorosa a realidade da falta de creches e do apoio à mulher chefe de família.

Trazer a negritude ao novo feminismo

Minha primeira reação emocional diante desta pesquisa foi de muita revolta diante dos fatos que os dados iam me colocando. Porque uma coisa é você fazer a denúncia a partir da sua vivência; outra é ver o significado quantitativo dessa denúncia: o dado é muito chocante. Mas também não traz nada que não se saiba. Apenas, dá estatuto científico para uma experiência cotidiana.

Meu trabalho pessoal tem sido um esforço no sentido de construir organizações femininas negras. Porque somos o segmento mais discriminado e nossa luta é ainda muito incipiente. As próprias condições de vida da mulher negra não permitem sua mobilização. A precariedade de quadros é dramática. Por exemplo, apenas 0,08% das mulheres negras têm mais de 12 anos de estudos.

É preciso haver um esforço conjunto dos vários setores progressistas de nossa sociedade para que a questão da discriminação no mercado de trabalho seja enfrentada. Criar leis efetivas e mecanismos de controle para que ela seja punida. Porque a discriminação deixa a mulher negra num círculo vicioso de subalternidade. Eis como atuam os mecanismos discriminatórios: o grupo branco reserva para si os melhores lugares do mercado; as funções secundárias, reserva para seus subalternos. Então, temos homens brancos como executivos e mulheres brancas como suas secretárias. As sobras são dadas para o

homem negro, e só depois entra a mulher negra. Isso sem contar com o grupo amarelo, forte concorrente dos brancos.

É preciso também haver um esforço centrado na educação. Criar mecanismos que possam garantir o acesso à população negra na Educação. Esse é um problema do país. Porque não se constrói uma nação mantendo quase metade de sua população numa situação de total precariedade — no analfabetismo, no subemprego, no desemprego. Isso é o que se faz com esse povo, que é basicamente negro ou descendente de negro.

Houve um incremento da População Economicamente Ativa feminina e uma diversificação das atividades das mulheres, que se projetaram em campos antes exclusivamente masculinos. Mas é preciso ressaltar que a mulher branca foi a grande beneficiária. As negras praticamente não saíram do lugar onde sempre estiveram: ou na área de prestação de serviços — basicamente no emprego doméstico —, ou na agropecuária, ou na indústria de transformação.

A pesquisa sobre Trabalho aponta que, apesar dessa mobilidade alcançada na Década, as mulheres estão ainda principalmente na área de prestação de serviços. Mas quem são essas mulheres? 24% delas são brancas e 56% são pretas, o que altera fundamentalmente a for-

ma de encarar o problema. Já nas funções administrativas, a situação se inverte: há uma predominância de brancas. E na agropecuária, quem está? São as pardas, entende?

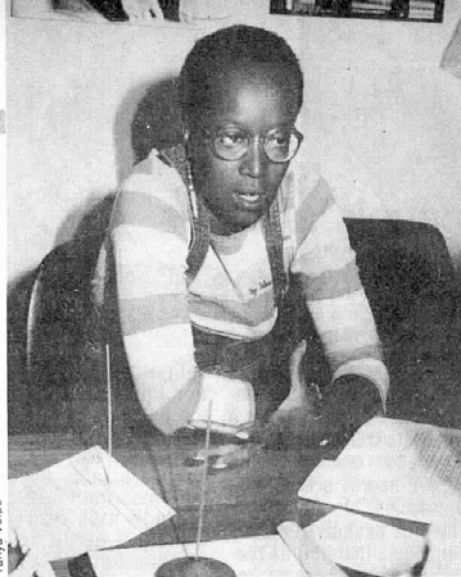
Algumas militantes feministas tentam minimizar a questão racial. Não vejo como é possível fazê-lo diante desses dados. A questão racial não é um agravantezinho. É uma coisa séria, terrível. Fundamental para se pensar o movimento feminista, senão não é possível dar conta de perto da metade da população feminina brasileira.

Veja por exemplo o requisito de "boa aparência", enfrentado pelas mulheres em busca de emprego. O movimento feminista mal empreendeu essa crítica, embora saibamos perfeitamente que é uma exigência baseada em padrões brancos. A questão da mulher tem semelhanças, pontos de contato entre brancas e negras. Mas a supremacia é

branca, e o ideário também. A questão da mulher no Brasil não se restringe às lutas convencionais da mulher. Ela tem que assimilar as questões discriminatórias, reconhecer os benefícios que a branca vem oferecendo à mulher branca. A cumplicidade racial entre os brancos garante alguns privilégios à mulher branca.

À medida em que brancas e negras admitirem que vivemos num país racista e somos todas racistas e que há interesse em superar essa doença coletiva, então vamos sentar e negociar. O pior do racismo nessa sociedade é que as pessoas atuam de uma forma racista de modo inconsciente e escamoteador, sem se dar conta disso.

Mas a realidade racial do Brasil é outra. Ele pode ser branco em suas instâncias de poder, mas não na verdadeira face do seu povo. Quem, neste país, não tem um pé na senzala?



Tanya Yoibe

Sueli Carneiro é formada em Filosofia pela USP e participa do Coletivo de Mulheres Negras.

Sobrou a boa negrinha na casa grande branca

"Eu, quando era pobre, graças a Deus era branca!"

O comentário da personagem Guiomar, na novela das oito da poderosa Globo, **Corpo a Corpo**, resume com clareza meridiana o lodacal de idéias que circulam no mito de cordialidade do homem brasileiro. No Brasil, dizem as cabeças bem comportadas, não há preconceito de cor - porque aqui o negro conhece o seu lugar, acrescenta o sarcasmo do boitequim.

Mais próximo da realidade que o discurso **bon chic, bon genre**, o boitequim acaba de entrar nas conversas domésticas da classe média brasileira pela porta mais nobre, na esteira dos ventos da Nova República e num tempo em que refletir e falar sobre questões antes desagradáveis passou a ser justamente sintoma de bom comportamento.

Sensível a essas mudanças - não é por outra razão que tem os melhores índices de audiência do país -, a Globo colocou no horário nobre personagens contestadores (os famosos "comunistas" de outrora), questionou o casamento, a religião e a família, sugeriu a autogestão de empresas, abordou oniricamente a reforma agrária, condenou a busca desenfreada pelo lucro. Nesse grande painel, não podia faltar a questão do racismo - e como, necessariamente, a grande paixão só existe entre ricos e pobres. Cláudio é branco e rico e Sônia é preta e pobre.

Pobre, sim, mas "é a primeira vez que aparecem personagens negros sem fazer papel de empregado", observa a estudante universitária branca Sheila Barnabé de Carvalho,

"Além do mais, Sônia é arquiteta", prossegue Sheila, "mas não deixou, num primeiro momento, de corresponder ao retrato típico de outras mulheres negras, que tendem a se sentir inferiores: ela renuncia ao amor de Cláudio para que ele possa ganhar a fazenda do pai."

Estudante, negra, Bernadete Alves não concorda: "a atitude de Sônia não corresponde à das mulheres negras, nem à das mulheres em geral". Também pensa assim a jovem assistente de produção Rose Crespo; e a funcionária pública Maria Stela Lopes de Almeida lembra um aspecto interessante levantado pela novela: "O racismo existe também dentro da própria raça, como mostra a resistência da cozinheira dos Fraga Dantas, Odete, ao casamento de Sônia e Cláudio".

Na vida real, a dona de casa Nilce de Souza Alves, acha que "Cláudio sequer se aproximaria de Sônia, sendo rico como é". A vida real, porém, está longe do mundo maravilhoso das novelas, que se hoje abordam a angústia, a depressão e a solidão ou a reforma agrária, os problemas dos camelôs e a acumulação do capital, não ousam ultrapassar um limite tácito, além do qual está o conhecimento das coisas e de si mesmo e a possibilidade real de mudança.

Nesse sentido, **Corpo a Corpo** acaba sem solitários e sem angústias - salvo, evidentemente, a dos marginais, dos "doentes", dos "anormais". Todo mundo tem seu par e é feliz - inclusive Sônia, que da renúncia martirizada de santa medieval passa diretamente à direita de Deus Pai, o poderoso milionário Al-



Sônia e Cláudio: a paixão entre opostos acabou na média.

fredo, sem transição, sem mágoas, sem reflexão. Como bom brasileiro médio, Cláudio passa metade da novela tapando os seus próprios olhos e os de Sônia, para afinal trazê-la à casa grande da fazenda, como uma Xica da Silva contemporânea.

Se é louvável a iniciativa de introduzir tais temas no cotidiano de milhões de telespectadores, resta uma avaliação a fazer: que penetração terá tido o discurso furioso da megera Lúcia Gouveia, em relação ao discurso - quase nenhum - de Sônia ou de sua mãe? E até que ponto Sônia não acaba assumindo, na forma de esposa sustentada, justamente o papel que lhe previra Alfredo? "Se fosse para um fim de semana, uma farrá, eu compreendia", disse o velho milionário no início do drama, que, de resto, na própria vida hesita entre

a mulher-status (Lúcia) e a mulher-mito (Tereza).

Abandonando a carreira de arquiteta e assumindo a profissão de esposa amantíssima, Sônia pode ter se livrado do racismo - pelo menos na fantasia da novela - mas caiu em outro modelito apertado, em nome do Amor (assim mesmo, com A maiúsculo, e gótico, se possível). É também em nome do Amor - e não de sua própria dignidade - que Odete é convencida a aceitar o casamento misto. O que, afinal faria de qualquer forma: Cláudio é filho do patrão e, no Brasil, como diz o senso comum, o negro conhece o seu lugar...

Leda Beck (com a colaboração de Regina Virgílio)

Implacáveis amores brancos e negros

O casamento interracial é objeto de polêmica no seio do movimento negro. O militante e poeta Arnaldo Xavier é implacável contra esta trama que se desenrola, sexos trocados, também fora do vídeo: a união entre negros e brancas é uma tendência etnocida, ele afirma.

A questão aflora da pesquisa de Sueli Carneiro, conseqüência (natural) da realidade econômica e educacional do homem negro das faixas médias e superiores, mais próximo da mulher branca que da mulher negra. Quanto maior escolaridade e rendimento, mais os negros se casam com brancas.¹ Na visão ainda mais crítica de Carmem Holanda, que trabalha na Febem, eles abandonam suas companheiras de raça depois de usá-las como degrau. Aqui, a opinião de homens e mulheres da comunidade negra sobre o assunto.

Carmem, Dalva e Bianca Holanda nasceram numa das poucas famílias negras de Carazinho, pequena cidade do Rio Grande do Sul, e já no nome trazem a marca da colonização dos valores estéticos brancos. Onze irmãos, nove dos quais mulheres, elas vivem um fenômeno apenas possível neste país: duas são loiras de olhos claros, duas bem índias, uma "bem preta", e as outras, como elas, mulatas de várias tonalidades. A avó paterna, polonesa, imigrada, casou-se com um índio. O filho, operário, uniu-se a uma negra, empregada doméstica. A vida inteira ouviram da avó o conselho: não se casassem com negros, não repetissem a "besteira" do pai.

Carmem ainda se lembra quando, criança, ouvia dos colegas de escola: "negrinha suja, negrinha fedorenta". Isso marcou seu trajeto de

vida: "Quería saber porque o negro tem que ser sempre o último da fila." Bianca, 17 anos, em São Paulo apenas visitando as irmãs, conta com delicioso sotaque gaúcho que em Carazinho as coisas melhoraram, mas nem tanto: "A gente fica à vontade mas de repente nota que deixam a gente de lado por causa da cor". Agora não, ela diz, "mas antes eu tinha esse problema, esse complexo de ser 'beijuda'".

Encarregada da URPA-3 (Unidade de Recepção, Pavilhão 3), onde ficam as meninas de 0 a 18 anos quando chegam à Febem, Carmem tem queixas amargas contra os homens de sua raça: "O homem negro usa a mulher negra até onde dá. Mexe com nossos sentimentos mais íntimos e depois joga fora. A mulher negra tem muita garra, vem de um berço pobre e tem que lutar muito para sobreviver, manter seus valores. É explorada pelo homem branco e, o que me deixa mais louca, pelo próprio homem negro. Eles são responsáveis por sua carência porque apesar dessa força, dessa garra, a mulher negra é extremamente carente."

A partir do momento em que o homem negro procura uma mulher branca, confirma Arnaldo Xavier, "ele está praticamente condenando a mulher negra a buscar suas relações afetivas entre homens brancos, que a vêem como objeto a ser explorado tanto sexualmente quanto no processo de produção." O machismo é o único espaço de solidariedade existente entre homens negros e brancos, aponta Arnaldo, que namora Roseli Nascimento, assistente social (o casal do gráfico abaixo). "A relação interracial é o principal fator de dizimização da raça ne-



Dalva, Bianca e Carmem, irmãs

gra, pois até hoje não fizemos nenhuma aliança sólida com o mundo branco."

Palavras de ordem para o amor?

Vanderlei José Maria, estudante de Filosofia e militante negro, escolheu para si uma parceira branca, professora de História da rede estadual. Ele confirma aquilo que Florestan Fernandes chama de "acefaliação da comunidade negra", ou seja, a cooptação pelo meio branco das melhores cabeças da comunidade negra, justamente aquelas que alcançam os melhores níveis de escolaridade e renda. Vanderlei vive na carne a contradição do negro em contato com o universo branco: "Ao mesmo tempo em que se integra no espaço social e cultural branco, pela própria necessidade de sobrevivência naquele universo, através da teia de relações cordiais que vai criando, essa integração está permeada de conflitos. Apesar de uma postura e um intelecto reconhecidos pelos brancos, ele é inexoravelmente negro, já que seu corpo permanece negro."

Vanderlei aponta a necessidade de que esse indivíduo saiba fazer retornar para a comunidade negra aquilo que "apreendeu no mundo branco": "A marginalidade social da comunidade negra é uma indigência social: ela não tem acesso a bens sociais como educação, saúde, etc." E aponta a necessidade de fazer uma análise também psicológica, já que "no histórico, no sociológico, a gente tende a perder de vista o indivíduo."

"O homem negro que transita nesses dois universos", continua, "com linguagens gestual e verbal inteiramente distintas, tem representações a nível imaginário das duas comunidades. É preciso ver em que proporção um e outro estão agindo, quais as representações mais enraizadas, na escolha do parceiro sexual."

A mulher negra é carente? Ele concorda. "Mas é preciso ver como ela mobiliza suas carências afetivas. Ao contrário da mulher branca, seu apelo não é sentido de forma aguda, ao menos da forma como o homem negro entende." Vanderlei diz ainda que "se qualquer relação afetiva é permeada pela ideologia, na relação interracial isso fica mais forte. A mulher branca corresponde ao mito da musa, da mulher meiga, passiva, da espiritualidade quase sem corpo. Ao contrário, o homem negro é representado quase como um símio. Vi várias revistas pornográficas européias em que o negro, sempre presente, aparece como um homem tribal (embora more em Nova York), comum pênis desproporcional. Ele é o símbolo do instinto animal."

Vanderlei lembra também o papel de tutor que o branco tem com relação a seu parceiro negro: "em locais públicos do mundo branco, como restaurantes por exemplo, o fato

de estar acompanhado por uma branca significa a garantia de que aquele negro não vai agir como tal." Finalmente, ele diz: "Vamos deixar as palavras de ordem fora das relações amorosas. Vamos abrir espaço para que elas possam existir tão livremente quanto possível."

Reverendo a história

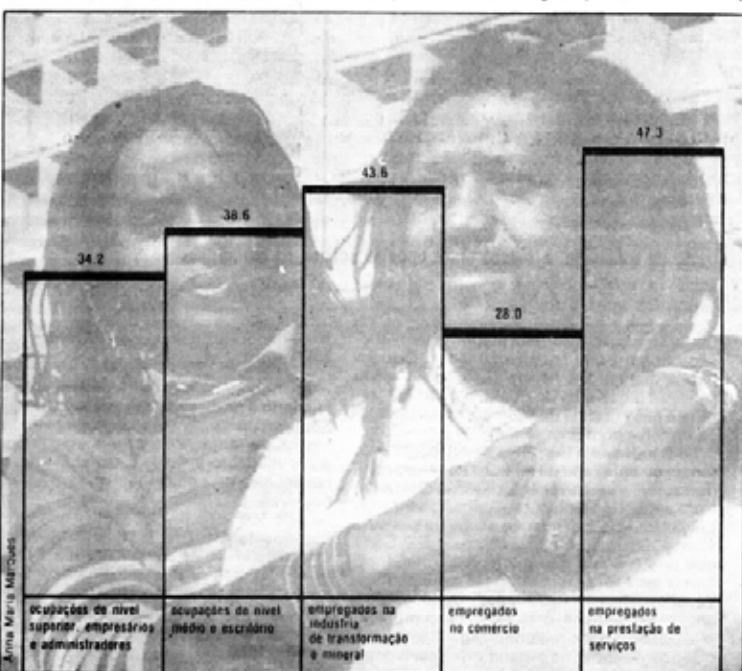
O jornalista Hamilton Cardoso, casado com Dulce Pereira Cardoso, arquiteta, antropóloga e radialista, ambos militantes negros, dá uma visão histórica esclarecedora: "Até a primeira metade do século, diz ele, desde a abolição, o segmento da população negra com alguma estabilidade econômica foi o das mulheres, no trabalho doméstico. A partir dos anos 30, com a industrialização, essa situação começa a se inverter: o homem negro passa a ter acesso ao trabalho e a mulher negra deixa de ser símbolo de estabilidade, ao mesmo tempo em que a mulher branca passa a simbolizar ascensão social."

Hamilton não concorda que homem negro use a mulher negra para subir. "É que o homem negro é socialmente um irresponsável. Ele não exercitou historicamente a função de chefe de família, porque a mulher negra é que sustentava a família. Acho, sim, que ele tem uma visão utilitária tanto da mulher negra quanto da branca." Mas, ressalva imediatamente, "as relações intersexuais são sempre, em alguma instância, uma relação de uso e de troca, afetiva ou material."

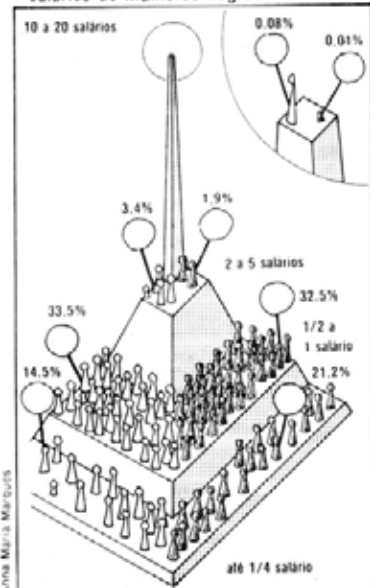
Inês Castilho

1. Cerca de 36,9% dos negros com oito a dez anos de estudo e 43,2% dos que tem onze e mais se casam com brancas. Dos brancos em igual situação, apenas 8,7% e 4,8% respectivamente se casam com negros.

Quanto as mulheres negras ganham a menos que os homens negros (escala de 0 a 100)



Prestação de Serviços: salários de mulheres negras e brancas



Secretária, a "segunda esposa"

Atrás de todo grande homem tem uma secretária. Ou melhor, na frente.

Para se chegar até um executivo, pessoas, documentos e informações, passam necessariamente pela mesa instalada na ante-sala, comandada por ninos criticos de mulheres eficientes e simpáticas, com múltiplos papéis.

Conselheiras, assessoras, confidentes e até camareiras, como no caso de Carmocita Silva (secretária de Roberto Carlos), essas mulheres facilitam a vida de quem toma as decisões. Isso quando não assumem esta responsabilidade em situações muito especiais. Lembrem-se da dona Antonia e seu chefe, um mineiro chamado Tancredô, famoso por sua sagacidade política e uma agenda de contatos apuradíssima?

Esta é uma das profissões mais procuradas pelas mulheres: no Brasil o número de secretárias triplicou nos anos 70, chegando a mais de 1,4 milhão de trabalhadoras, o que representa 12% da população economicamente ativa. Quando se fala em secretária logo se pensa em mulher, já que é mais fácil encontrar uma, sentada na frente de uma máquina, telex ou computador, com o telefone sempre por perto e uma agenda com anotações e lembretes que provavelmente não são seus, mas do chefe.

Pelo visto, o mito da secretária fatal que senta no colo do patrão enquanto ele dita uma carta não faz mais sucesso, menos ainda o da secretária-amante. Sinal dos tempos em que as mulheres estão se impondo como profissionais nessa área, e conquistando cada vez mais seu espaço de trabalho.

Márcia Maria Vieira Pinto trabalha há oito anos como secretária de um escritório para compra e venda de aeronaves em plena avenida Paulista, o centro dos negócios da cidade. Durante as oito horas de trabalho diárias ela faz de tudo: redige cartas, recebe telex e telefonemas, cuida da correspondência, atende os clientes e ainda paga contas, as do escritório e as particulares do seu chefe. Enfim, tudo o que uma secretária faz normalmente. E que ela tira de letra, com sua experiência de 12 anos e um curso de secretariado completo pelo Instituto Brasileiro de Secretárias Profissionais. Além disso, essa inquieta secretária continua fazendo cursos complementares como marketing, publicidade e etiqueta. A todos eles, soma ainda o diploma de letras - português e inglês.

"Todos os cursos foram importantes para que eu pudesse conhecer o campo de trabalho mais de perto, mas o fundamental se aprende mesmo na prática, porque o ritmo e os esquemas da rotina são diferentes em cada escritório, variam de acordo com o patrão", esclarece. Ela diz estar bem satisfeita com o seu emprego atual - onde recebe por volta de seis a 7 salários mínimos. Além de uma ótima relação profissional, conquistou também a amizade e confiança do chefe. "Nesta profissão, o caráter e a personalidade são qualidades importantes, e valorizadas na seleção".

"Boa aparência"
A boa apresentação é outra exigência, principalmente nos anúncios classificados. Márcia conta que no seu escritório a aparência é fundamental, indispensável. Por isso, dificilmente vai trabalhar sem



Márcia, branca: n mito da musa, suave passividade...

Soraia, nissio: ambição profissional



Solimar, negra forte demais

maquiagem, cabelo desarrumado ou ténis. Sem exageros, ela procura estar sempre bem apresentada. "Afinal, a secretária é um espelho do escritório", justifica.

Para ela o local de trabalho é como sua segunda casa. E a secretária como se fosse a segunda mulher do chefe, "não em termos sentimentais", apressa-se em completar, "mas como alguém com quem ele possa contar, pedir conselhos, e consultar quando aparecerem problemas profissionais e até pessoais, dependendo da amizade. Acumulamos os cargos de conselheiras e terapeutas", fala brincando. Solteira, ela evita assim acumular o de mãe também. Se acontecer, acredita que as complicações não seriam tão grandes, levando em conta que o trabalho de uma secretária não é pesado, e pode muito bem ser feito por uma mulher grávida.

Como secretária da Prefeitura há seis anos, Solimar Carneiro enxerga com outros olhos sua profissão, que para ela depende muito do che-

fe com o qual se trabalha. Antes do cargo público, Solimar foi secretária de um escritório particular, onde era tratada como "empregada doméstica de luxo". "Eu cumpria todas as obrigações de uma secretária e mais um pouco, pois tinha até que cuidar dos compromissos da mulher e filhos do meu chefe. Acabava ficando com uma sobrecarga enorme de serviço", conta.

Atualmente está cercada de "cabeças boas", com quem tem relações de amizade e cooperação. Tanto assim, que o esquema de trabalho é outro: "Começando pela aparência, que não é uma exigência. Com o que eu ganho (Cr\$ 1,3 milhão) não daria para eu me vestir bem, e depois acredito que a eficiência não depende da boa apresentação, e sim da competência profissional". Nos empregos anteriores Solimar andava como manda o figurino, mas atualmente pode trabalhar com roupas mais descontraídas, sem tantos formalismos.

No seu caso, em função da aparência, foi obrigada a enfrentar al-

guns problemas, principalmente nas agências de empregos, em que as firmas cadastradas fazem restrições às pessoas negras. Mas este tipo de discriminação ela não encontra no seu meio de trabalho: "De vez em quando percebo algumas reações de espanto, mas muito sutis e camufladas. Eu nunca deixei dúvidas quanto à minha condição, pelo contrário, faço questão de mostrar que sou negra. E acho que o respeito dos outros vai depender muito da postura que cada um assume tanto na vida, como no trabalho", afirma.

Dedicação feminina

No escritório de um deputado federal, a secretária Soraia Guedes encara a sua profissão como uma forma de sobreviver, e não como uma carreira para levar adiante. Num futuro bem próximo espera conseguir um emprego na área de administração de empresas, e já está fazendo estágio nesse campo junto com o quarto ano da faculdade.

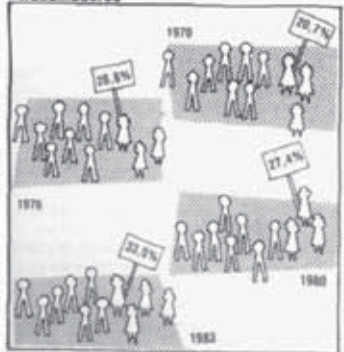
No escritório político ela trabalha principalmente como relações públicas - atende simpatizantes do deputado, organiza a correspondência - e assim fica conhecendo muita gente. Com 23 anos, e nesse emprego há três, ela diz que assim que tiver condições, larga o secretariado para se dedicar totalmente aquilo de que gosta. Não por que esteja descontente, mas pelo desejo de se realizar profissionalmente. "A secretária tem algumas vantagens, como por exemplo o horário, que não é rígido, e atividades que não são desgastantes". Quanto ao salário, Soraia recebe como funcionária pública, na faixa de Cr\$700 mil.

Na sua opinião, esta é uma profissão que exige muita dedicação, talvez por isso seja um campo de trabalho dominado pelas mulheres. E é também um campo que permite conciliar a vida profissional com a doméstica, sem tantos conflitos.

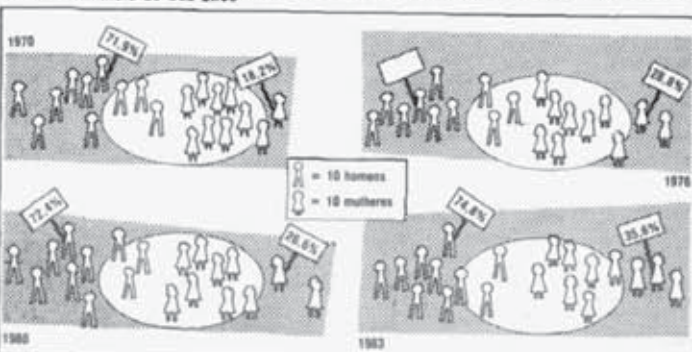
Apesar disso, na corrida por um emprego, segundo demonstram dados do IBGE, as mulheres solteiras largaram na frente. O perfil da População Economicamente Ativa feminina mostra a presença ostensiva das solteiras, com menos de 25 anos, o que comprova a dificuldade, ainda não superada, de conciliação da vida profissional e familiar. E uma forte resistência por parte dos empregadores em contratar profissionais do sexo feminino casadas.

Andréa Fornes

Porcentagem de mulheres no conjunto dos trabalhadores



Porcentagem de homens e mulheres que trabalham fora sobre os totais de homens e mulheres com mais de dez anos



Desvendando uma trama invisível

A realização desta pesquisa me permitiu ter um quadro amplo sobre o trabalho da mulher e chegar a algumas conclusões importantes. A primeira é relativa ao próprio conceito de trabalho que precisa ser redelineado para que nela caibam trabalho doméstico, trabalho a domicílio e tudo aquilo que as pessoas fazem e contribui para a produção social. Não falo só de mulheres, mas também de velhos, jovens e até crianças. A pesquisa sobre mulher nos permite olhar para as estatísticas sabendo que elas revelam apenas um pedaço daquilo que as pessoas fazem.

Outro ponto importante é a questão da articulação família e mercado de trabalho. Segundo sua posição de filha, mãe ou avó, a mulher vai ter maior ou menor disponibilidade para trabalhar fora de casa. Essa disponibilidade, por sua vez, é determinada pela posição que essa família ocupa na estrutura de classes sociais.

De qualquer forma, a participação da mulher no trabalho visível nas estatísticas vem aumentando consideravelmente. As razões desse aumento, a meu ver, seriam várias. Sem dúvida a deterioração dos salários e a necessidade de complementar a renda familiar. Mas não só. Necessidade econômica é um conceito relativo, que inclui tanto uma cesta de consumo mais diversificada para o trabalhador, quanto a satisfação das expectativas de consumo das camadas médias. Além disso, a mulher vai trabalhar

porque, com o crescimento econômico, a oferta de emprego tende a se ampliar.

Outra razão para o aumento da participação feminina no mercado formal é a mudança de valores e o impacto dos movimentos feministas. Isso propiciou a valorização e o incentivo ao trabalho da mulher, significando também uma mudança de valores ao nível do empregador. Ressalto também como fatores o aumento da instrução e a queda da fecundidade.

Tudo que li até agora me leva a crer que o trabalho remunerado fora de casa é uma etapa necessária no processo de emancipação da mulher. Apesar de aprisionada à dupla jornada, trabalhando em condições adversas, o trabalho formal é o primeiro passo para a mulher perceber sua subordinação nos dois mundos, o público e o privado.

Os dados mostram um crescimento muito acentuado do trabalho da mulher: ele praticamente triplicou e apesar disso ainda somos 30% da força de trabalho brasileira, embora sejamos 50% da população. Mas só essa estatística não quer dizer muita coisa, é preciso ver quem são essas trabalhadoras, onde e em que condições elas vão trabalhar.

Há uma série de fatores que afetam o trabalho da mulher, como por exemplo a idade e o estado civil. As taxas mais elevadas são de mulheres com até 25 anos, quando há uma



Cristina Bruschini, socióloga, é pesquisadora da Fundação Carlos Chagas.

queda acentuada, à vez, por causa do casamento e da maternidade. Na década, porém, o aumento se deu com mais intensidade nas faixas de idade intermediárias e entre as casadas.

O estado civil afeta mais a participação feminina numa economia capitalista industrial mais formalizada, porque no trabalho formal se dá uma ruptura entre os mundos doméstico e do trabalho: os horários são mais rígidos, é mais difícil conciliar produção e reprodução. No campo, onde predominam as relações de trabalho do tipo familiar, essa ruptura não é tão brusca. Por isso, aumentam as taxas de participação dos jovens, tanto meninas quanto meninos. Inverte-se também a tendência de maior participação das solteiras.

É importante também observar onde as mulheres estão trabalhando. Embora o setor terciário continue a ser o que mais concentra mulheres, a década mostra o aumento de participação feminina na indústria. Houve muita procura pelo comércio e administração, diminuindo um pouco a presença de mulheres nos serviços — uma coisa que pode ser positiva, pois este é ainda o setor mais desqualificado (emprego

doméstico e outros de baixa remuneração).

Resolve uma acomodação dos setores da ocupação feminina. Mas as mulheres ainda se concentram num pequeno número de ocupações, caracterizando aquilo que se chama de segregação ocupacional. Continuam na base da pirâmide, com os salários mais baixos e ocupações de menor prestígio, como no caso do magisterio.

As condições de trabalho também apresentam sensíveis diferenças sexuais. Estou me referindo não só às desigualdades salariais, mais conhecidas, por exemplo, é muito maior que o de homens o número de mulheres que não tem Carteira assinada e não contribui para a Previdência Social, tendo portanto menor acesso às garantias previstas pela lei. No campo, a situação é muito grave: 94% das trabalhadoras não tem Carteira assinada, só 2% contribui para a Previdência.

Mas os setores femininos mais discriminados são sem dúvida os chefes de família, que estão nas faixas de maior pobreza — entre elas o das negras, embora a discriminação racial não atinja só as chefes de família mas as trabalhadoras negras de modo geral.

Tarefa caseira: sinônimo de inatividade?

Você trabalha?
Enquanto escolhe o tecido, vigiando o leite das mamadeiras e de olho no tempo para recolher a roupa estendida no varal, a conscienciosa dona de casa responde que não, não trabalha inadvertidamente, pode acrescentar: "Não dá tempo..."

Como lembra a pesquisadora Cristina Bruschini, foi somente a partir de alguns estudos sobre a mulher, produzidos no contexto do movimento feminista europeu e norte-americano da primeira metade da década de 70, que a questão do trabalho doméstico foi efetivamente colocada como problema teórico.

A maior parte dessas pesquisas preocupava-se com a função desse trabalho para a produção social. Deles, e do debate que se seguiu, resultou o consenso sobre a importância do trabalho doméstico para a reprodução social, fato que até então, se não era negado, era ao menos omitido. Ficou também sua definição como trabalho, realizado gratuitamente no espaço privado das famílias, para os outros.

Alguns antropólogos, mais tarde, desenvolveram estudos fundamentais para a compreensão da posição da mulher na família e para entender as transformações na natureza do trabalho doméstico. Outra vertente de estudos, porém, debilitou-se sobre a participação da mulher no mercado de trabalho e, pouco a pouco, concluiu que para entender e explicar a discriminação da mulher na produção social era preciso deslocar o foco de análise para a posição da mulher na atividade familiar e, por extensão, para questões como ciclo de vida e trabalho doméstico.

Vários trabalhos nesse sentido mostraram que a variável mais importante na determinação do tempo consumido na realização das tarefas domésticas é a atividade profissional da mulher. Se a trabalhadora fora do lar e aquela que, ao todo, trabalha maior número de horas, também é verdade que esta mesma trabalhadora, em comparação com aquela que se dedica apenas ao lar, reduz necessariamente o número de horas consumidas nas lides domésticas, recorrendo frequentemente a auxílios remunerados externos. Além disso, as mulheres usam boa parte de seus dias "de folga" na execução de tarefas caseiras.

No Brasil, apesar do avanço das pesquisas sobre a condição da mulher, são raros os estudos que se utilizam dessa metodologia de orçamento-tempo. Um dos trabalhos pioneiros é de Marisa Figueiredo,

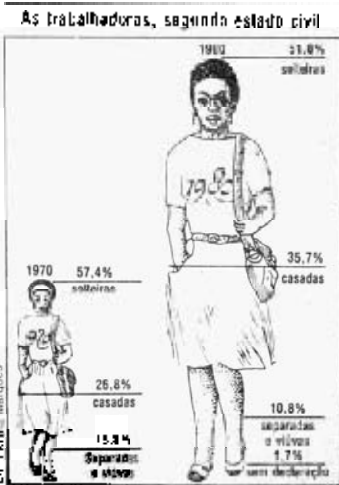
de 1980: ao investigar chefes de família numa comunidade pesqueira ao norte da Bahia, ela mostrou que, somando atividades remuneradas e não-remuneradas, essas mulheres trabalham em média 95 horas por semana.

Zahidê Machado Neto e Aida Brito apontaram em 1982 a necessidade de distinguir entre "tempo natural", vivido pelas mulheres no trabalho doméstico, cujo ritmo é dado pelo corpo e cujo limite é o cansaço, e "tempo racional", definido pelas regras de produção.

Por sua vez, Cristina Bruschini observa que o tempo racional, da produção, não pode ser usado para analisar a esfera da reprodução: "Pois, se é verdade que o tempo do trabalho doméstico é o tempo natural, dado pelo ritmo do corpo e pela disponibilidade para a família", diz ela, "também é certo que esse tempo natural, do que a mulher poderia se apropriar, sofre os constrangimentos e limitações dados pelo tempo da produção, trazidos pelos outros membros da família, que participam do mundo de fora de casa, ou pela própria mulher, quando ela tem uma atividade produtiva extralair."

Nos censos e estatísticas realizadas no Brasil, observa Cristina, a grande maioria das mulheres classificadas como economicamente inativas estão na verdade realizando afazeres domésticos, principalmente se forem cônjuges ou chefes de família, "o que vem confirmar que o

trabalho doméstico se define como aquele que é gratuito, realizado pela esposa, para os demais membros da família". Se os dados forem recalculados, incluindo, no conjunto das mulheres que trabalham aquelas que estão ocupadas com tarefas caseiras, a porcentagem de ativas, em 1976, por exemplo, salta de 28% para 75,5%. "Mesmo nesse caso", diz Cristina, "as estatísticas continuam escondendo boa parte do que as mulheres produzem: são incapazes, por exemplo, de revelar a dupla jornada de trabalho."



Ainda na base da pirâmide

Avanças reais houve poucas. O grande ganho da década foi intelectual. Esta é a opinião da engenheira civil Aida Marco Antônio, 39 anos, vice-presidente do Conselho Estadual da Condição Feminina, criada há dois anos pelo governo do Estado de São Paulo. "Nesta década, a condição da mulher no mundo do trabalho não evoluiu significativamente. Houve, sim, um grande ingresso da mulher no mercado de trabalho, motivado pela crise econômica, pelo desejo de se tornar independente e pela abertura de oportunidades de trabalho para a mulher." Estas oportunidades, porém, continuam surgindo em setores desprestigiados social e salarialmente. Ainda hoje as mulheres são a base da pirâmide social e sua ascensão não é fácil.

Muito antes de se dedicar ao Conselho, no qual coordena a comissão sindical, Aida Marco Antônio já participava ativamente do movimento feminista no Estado. Nesse tempo ela tem observado que a condição da mulher trabalhadora evoluiu 3 passos de fôlego. "Quando uma mulher e um homem chegam à porta de uma fábrica — conta ela — eles estão no mesmo nível, são contratados como ajudantes gerais. Dois ou três meses depois, passam para a produção. O homem, para as seções que exigem força física. A mulher, para as que requerem habilidade, higiene, atenção. Só que na hora da remuneração, valoriza-se as profissões que exigem força física e desvaloriza-se as chamadas profissões femininas. O resultado é que

hoje, no setor secundário, a indústria, as mulheres ganham quase 40% menos do que os homens, para trabalhos iguais.

REUNIÃO COM MINISTRO

Esta questão, Aida Marco Antônio discutiu no final de maio com o ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, no seminário "Desemprego, Trabalho e Constituinte", promovido pela Associação de Municípios de São Paulo, na Assembléia Legislativa do Estado. Ela falou da distorção existente nas pesquisas que apontam com trabalhadora apenas a mulher integrada ao mercado de trabalho. "F as coisas de casa, que criam condições para seus pais, maridos, filhos, irmãos, irem para a rua, estudarem, crescerem intelectualmente, profissionalmente?"

Nessa reunião Aida Marco Antônio apontou também a discriminação que ainda hoje atinge a mulher após os 30 anos, sobretudo se for casada. Ela falou sobre as condições que persistem, apesar de toda a luta feminista, dentro das fábricas: falta de creches, autoritarismo, perseguição sexual, falta de atenção à trabalhadora grávida, demissões após a licença maternidade, entre outras.

Todos esses problemas serão, certamente, abordados durante a discussão da Assembléia Constituinte, onde o movimento feminista gostaria de ver refletir as suas preocupações de maneira mais enfática do que um simples enunciado tipo: "todos são iguais perante a lei", de comprovada ineficácia. As mulheres são menos iguais do que os homens e as mulheres pretas, menos do que as brancas.

"A lei apenas não basta. Tem que haver um dispositivo que faça cumprir a lei e esse dispositivo é a mobilização das mulheres", diz a vice-presidente do CEEF, acrescentando: "mas do que nunca devemos fazer valer a força do nosso voto nessas eleições municipais e depois na Constituinte".

PROFISSIONALIZAÇÃO

Confirmando a afirmação de que foram poucas as mudanças para a mulher no mundo do trabalho, Nair Goulart, 33 anos, suplente da diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, lembra que foi há apenas pouco mais de dois anos que o Senai abriu suas portas às candidatas a cursos profissionalizantes tidos como "masculinos": tornearia, ferramentaria e outros. "A grande concentração de operárias está no setor de material elétrico, em linhas de montagem da indústria eletroeletrônica, que não exige especialização", comenta. "Difícilmente você vai ver uma mulher na função de ferramenteira, onde os salários podem chegar a até Cr\$ 4 milhões."

Na indústria química, farmacêutica a situação se repete. Os homens para a indústria química, as mulheres para a farmacêutica e de cosméticos, trabalhando no setor de embalagem, lavagem de vasilhames, rotulagem, trabalhos que exigem um ritmo acelerado e muita



Greve na Almagatas, 1978. A operária é muito combativa nos locais de trabalho, mas pouco frequenta os sindicatos.

concentração. "É o chamado trabalho leve, que de leve não tem nada mas acaba recebendo salários inferiores", observa Maria Inês Bueno, 32 anos, secretária da diretoria do Sindicato dos Químicos de São Paulo, onde a questão da mulher, até há pouco tempo restrita a um núcleo feminino, começa a ser discutida também pelos homens.

"Nesse tempo, uma das coisas mais importantes que aconteceram no Sindicato nos últimos dois anos foi um seminário interno que realizamos para diretores e funcionários. O Sindicato tem 24 diretores, apenas seis mulheres e observávamos que nossos próprios companheiros de diretoria eram bastante machistas e não compreendiam bem a questão da mulher. Nesse ponto o seminário foi produtivo, porque agora nossos problemas serão discutidos também pelos homens e incluídos na luta sindical do dia-a-dia."

Tanto no Sindicato dos Químicos como no dos Metalúrgicos ou mesmo no Conselho Estadual da Condição Feminina, faltam dados sobre a sindicalização da mulher. O que se pode afirmar é que é bem inferior à do homem, assim como é inferior a sua participação na força de trabalho — dos 330 mil metalúrgicos do Estado de São Paulo, 56 mil são mulheres e dos 60 mil químicos, 20 mil são mulheres.

"O que observamos — diz Maria Inês Bueno — é que a mulher é muito combativa no local de trabalho

quando há uma greve, uma mobilização. Mas ela pouco frequenta as reuniões sindicais, impedida certamente pela dupla jornada de trabalho."

"Essa dupla jornada de trabalho — acrescenta Aida Marco Antônio — impede o crescimento da mulher. É por isso que o movimento feminista insiste sempre na necessidade de uma divisão do trabalho e na mudança de relações humanas entre homens e mulheres."

CONQUISTAS E REIVINDICAÇÕES

A luta por creches em locais de trabalho permanece na pauta de reivindicações dos trabalhadores. No Estado de São Paulo apenas três das 273 indústrias metalúrgicas em condições de manterem berçário, cumprem a lei. E, ao que tudo indica, os homens também serão chamados à responsabilidade que têm junto à família, uma vez que já se discute abertamente — mas por enquanto sem sucesso — em convenções coletivas de trabalho, a concessão de licença paternidade de sete dias após o nascimento do filho.

Fazendo um rápido balanço desta década da mulher, a metalúrgica Nair Goulart diz que "foi um passo importante, mas a discussão não pode terminar aqui porque ainda há muito o que fazer".

Therza Martins

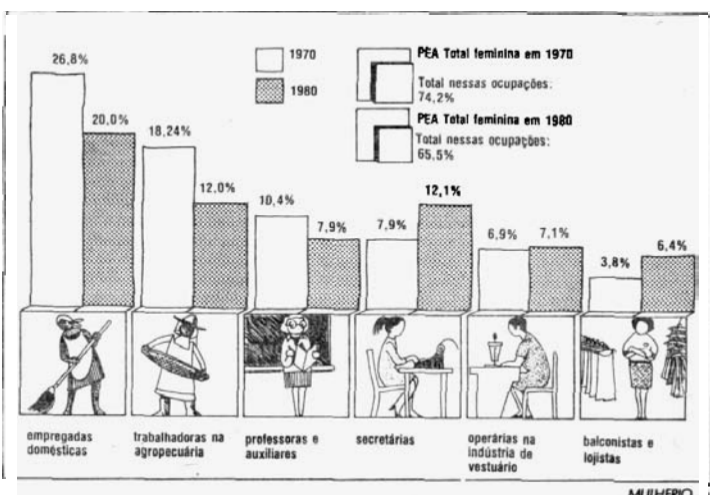


Remando contra

Realmente, o mercado de trabalho oferece mais empregos aos homens do que às mulheres. Claro, para funções que exigem tratamento direto com o público determinadas firmas exigem boa aparência, o que já elimina de cara as candidatas negras. E, mulheres com mais de 35 anos raramente conseguem colocação no mercado de trabalho.

Apesar dessas constatações, a psicóloga Vera Miranda, chefe do setor de intermediação do SINE — Sistema Nacional de Emprego, em São Paulo, culpa as próprias mulheres pela situação: "Elas abrem mão de campos de trabalho que eram exclusivamente seus, como o trabalho doméstico, por exemplo". Vera reconhece que há no mercado uma regra subliminar que não deixa mulheres entrar em profissões "estritamente masculinas, como os serviços de construção civil e certas especializações em fábricas". E afirma: "Como a mulher procura não fazer no campo profissional aquilo que faz em casa, não há mais costureiras, por exemplo, procurando emprego. Hoje, elas querem ser ajudantes gerais de fábrica, de cozinha, de produção ou ainda copistas de escritórios e recepcionistas. Como não estão preparadas para qualquer função específica, acabam ficando sem emprego." Vera conclui com esta parábola: "A mulher é em si (e por si, deveria acrescentar) uma desqualificada para o mercado de trabalho."

De que se ocupam principalmente as mulheres



Domésticas, tentando sair da cozinha

Desde 1973, não houve conquistas trabalhistas para as empregadas domésticas. Muitas procuraram outra profissão socialmente mais valorizada, após enfrentar todo tipo de problema para estudar a noite. Também não houve alijação no preconceito racial que atinge não menos que 90% da categoria, formada por mulheres negras. Segundo avaliação da presidente da Associação das Empregadas Domésticas no São Paulo, as negras continuam trabalhando na cozinha, lugar da casa em que ficam mais escondidas. De mensalistas, as domésticas tiveram que optar pelo trabalho como diaristas — uma exigência do mercado de trabalho, afetado pela crise econômica —, tendo que abrir mão das conquistas trabalhistas. Enfrentando constantes derrotas numa organização ainda incipiente, as empregadas domésticas descobriram um importante caminho na final desta década: a participação política.

Pouco lembradas por trabalhadores de outras categorias no encaminhamento de lutas conjuntas, as domésticas começam a reivindicar espaço político. Lá podem ser vistas em sindicatos, movimentos negros, associações de bairro, ou na Pastoral Operária. Saíram às ruas por eleições diretas e mantêm representantes na Central Única dos Trabalhadores (CUT), reforçando uma participação em quantidade como força de trabalho feminino. "As reivindicações trabalhistas das domésticas fazem parte de um conjunto de mudanças políticas mais amplas", admite agora Maria Aparecida.

Aprovando o início da Nova República e acatando a determinação do 5º Congresso Nacional de Empregados Domésticos, realizado em janeiro, em Olinda, Pernambuco, um grupo de domésticas esteve com as lideranças partidárias em Brasília, no dia 15 de maio, quando entregou anteprojeto de lei propondo mais uma vez o reconhecimento da profissão. As domésticas obtiveram do ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, em audiência no dia 29 de maio, o compromisso de estudar sua situação. Em 23 anos de luta desde a criação da primeira associação, em São Paulo, as poucas conquistas trabalhistas não alteraram o perfil desta trabalhadora que, em geral, não gosta da profissão e, na maioria dos casos, não possui sequer documentação.

Carteira assinada

Pela lei federal nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, regulamentada em 73, os domésticos (caseiro, cozinheiro, faxineiro, jardineiro, babá, governanta ou copeiro) foram incluídos entre os beneficiários da Previdência Social e obtiveram o direito de férias por 20 dias úteis. Contudo, a maioria não desfruta desse direito. O último congresso revelou que, segundo dados das Associações, de cada quatro domésticas contribuintes da Previdência em 1981, esse número caiu para apenas um, em 1984. Uma categoria formada quase só que por mulheres, as domésticas sempre representaram força de trabalho importante ao país. Hoje elas são cerca de 3 milhões de trabalhadoras, ou 20% da mão-de-obra femi-

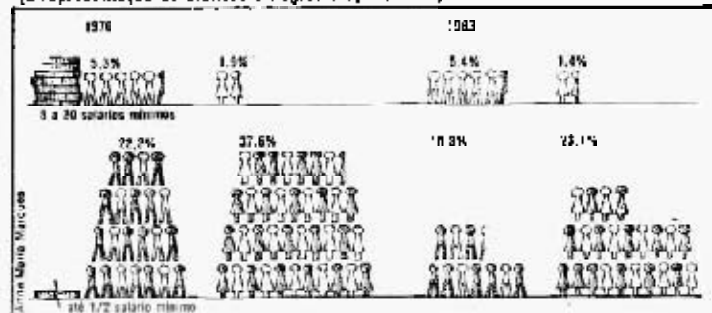
nina do país, para mais de 500 mil só em São Paulo.

Junto ao reconhecimento da profissão (inclui entre outros itens o 13º salário, fundo de garantia, jornada semanal etc.), as domésticas prometem lutar pela formação de um sindicato livre e independente. No congresso em Olinda elas denunciaram mais uma vez as condições injustas do trabalho em casa. Um dos aspectos abordados foi o salário, nem sempre o mínimo estabelecido por lei. "Ele pode variar de Cr\$ 50 a Cr\$ 600 mil", esclarece Júlia Pimentel da Silva, 52 anos, há 35 exercendo a profissão. Ela ressalta que o argumento mais comum utilizado pela dona da casa para pagar baixos salários é o desproporção da doméstica. "Por isso estamos realizando cursos de aperfeiçoamento na associação e muitas vêm conseguindo boa colocação". Mas Júlia reconhece que ainda é grande o número de jovens que se sujeitam a salários baixos em troca de casa e comida. Isso pode ser verificado principalmente fora das grandes cidades.

Segundo o documento tirado no Congresso Nacional de Olinda, as condições de trabalho continuam desumanas e injustas. A jornada excessiva de trabalho, a falta de descanso semanal, a recusa de férias anuais, o que impossibilita a convivência normal com a família, vêm sendo igualmente denunciadas pelas domésticas. "Costumamos ouvir que a doméstica faz parte da família onde trabalha, mas continua o desprezo e a discriminação, de que são sinais o pequeno quarto de empregada, a exigência de utilizarmos apenas o elevador de serviço, comida diferenciada e apelidos humilhantes, além do contato constante com a sujeira", ressaltam.

As péssimas condições de trabalho acabam se responsabilizando pelo sentimento de revolta e solidão, responsável por muitos casos de doenças nervosas. A Comissão Especial de Inquérito sobre Violência da Câmara Municipal de São Paulo, apurou que há um grande número de suicídios entre as empregadas domésticas, principalmente nas festas de fim de ano. "Não é à toa que muitas companheiras deixaram o emprego para trabalharem como margaridas, cobradoras de ônibus, datilógrafas", esclarece Júlia.

Diferenças salariais entre homens e mulheres (a representação de brancos e negros é aproximada)



"A empregada doméstica não é feliz". Esta constatação é de uma doméstica veterana. Dulce Aguiar, 59 anos, há 40 servindo uma mesma casa em Prauchalva, interior do Estado. Uma das líderes da Associação das Empregadas Domésticas da cidade, Dulce não é pessimista e já saiu para a trabalhadora dos serviços da casa: o reconhecimento da profissão. "Da descoberta na porta-chegar ao fim da vida sem uma assistência, assistência médica, família ou tanto para ficar. Imagino que esta seria a minha vida se não tivesse tido pelo meu registro em carteira e de outras companheiras".

Dulce e negra e diz com convicção que a cor da pele é motivo de discriminação. "Os patrões se aproveitam dos negros e oferecem salários mais baixos". A questão dos salários também pode ser considerada grave, pois nem sempre há o respeito pelo pagamento do salário mínimo. "No interior, cada um paga o que quer. Por isso isso lutamos para que a doméstica se conscientize da sua importância e bata o pé pelo salário", diz. O número de trabalhadoras que abandonam a profissão no interior pode ser considerado grande. Dulce explica que as moradoras da cidade conseguem ascender profissionalmente através do

estudo. "Mas hoje a maioria no interior está mudando. Os serviços domésticos estão ficando para as nordestinas e a pessoal da região, que chegam sem que quer preparo e trabalho por um bom salário".

Por 40 anos de trabalho, Dulce reconhece que a ilusão aframar que a doméstica pode ser uma pessoa de família. Para ela, a empregada pensa e age assim, mas os patrões não têm esse sentimento. "Se a empregada fica doente, ou os patrões que tem ver de na hora. Outros acreditam que nós ficamos com um risco em uma roupa velha". Dulce afirma que, se tivesse um marido, as domésticas seriam incluídas em muitos benefícios. E poucos casos são conhecidos.

E, finalmente, na sua opinião, que a doméstica se conscientize da sua importância social. Dulce cita como esse tipo a possibilidade de parafusos por um dia de todas as domésticas. Haveria um caso no país. "As trabalhadoras cuidam da casa, dos filhos e muitos dos patrões. Se eles pararem, milhões de mulheres seriam obrigadas a ficar em casa, e isso seria um grande problema para o país".

Danise Natale



Se pudessem, as empregadas escolheriam outra profissão.

Melhor quando é invisível

"Em pesquisa realizada em cidade do interior de São Paulo, Salfim (1978) constatou, entre 208 trabalhadoras dessa categoria, níveis salariais extremamente baixos. Através dos anônimos examinados, porém, Roland (1981) observa, para o período 81 a 86, um aumento nos salários oferecidos a empregadas com certo nível de qualificação, constatando que eles são superiores a que são recebidos por outros assalariados do setor de prestação de serviços.

Para as empregadas "de fora dentro", ou seja, aquelas que vivem no local de trabalho, o salário real poderia ser considerado superior.

Em geral, inclui despesas com alimentação e alojamento. No entanto, apenas cerca de um quarto dessas trabalhadoras se encaixam nessa situação. Em 1980, no Brasil, 30% das empregadas residiam com as famílias com as quais trabalhavam, num total de 775.250 no Estado de São Paulo a porcentagem era ainda inferior, 23,3%, significando que 147.448 domésticas residiam no local de trabalho. (1)

Almeida (1982) focaliza o relacionamento entre patrões e empregadas, observando que ele é essencialmente permeado por relações afetivas e de identificação. Apesar de dependem das empregadas para a organização de seu cotidiano, as famílias procuram negar sua visibilidade, a empregada doméstica é considerada um melhor quarto-três se percebe sua presença.

Constantemente inseridas em seu trabalho, repentinamente em sua vida particular, profundamente invisíveis no local de trabalho, as empregadas domésticas se veem em contato direto com as desigualdades sociais que as separam do empregado. Assim, ainda que seus salários possam ser considerados acima do mesmo nível em grandes centros urbanos e para aquelas que dispõem de alguma qualificação, a grande maioria delas, sem dúvida, preferiria muito para alternar as condições salariais gratificantes."

(Mulher e Trabalho - uma avaliação da Década da Mulher: 1975 a 1985, de Cristina Brasil, pp. 43 e 44)

A balança está torta

O projeto do novo Código Civil, já aprovado na Câmara dos Deputados em tramitação no Senado, não é suficiente para eliminar preconceitos profundamente arraigados ainda em certas camadas sociais. A lei só tem sanção se for eficaz e se poderia ser aplicada se for conhecida e invocada por quem dela precisa se beneficiar.

Por ser seguramente a questão-chave na problemática da situação jurídica da mulher, e com essa intenção que a advogada Flórisa Verucchi iniciou seu trabalho no subtítulo "Evolução jurídica da mulher". Se a área do Direito Civil não sofreu nenhuma alteração — o homem continua sendo o "cabeça de casal" para efeito de bens comuns — em locais as outras áreas do Direito podem constatar avanços que, embora em muitos casos sejam o resultado em outros representam umidade da revolução.

No Direito Civil, por exemplo, "uma grande contribuição para tornar acessas leis mais qualizadas" foi justamente o Estatuto Civil da Mulher de autor de Flórisa Verucchi e Silva Pimentel. De láto, o Estatuto revoga o estatuto da chefia de família conjugal, cuja base é o princípio da autoridade na atribuição da administração dos bens do matrimônio, autoriza ampla liberdade para escolha do núcleo da família, podendo o marido, a mulher ou o casal exercer a autoridade parental; e, na hipótese de alteração em casos típicos que não devam estar essencialmente de pessoa o desamparo de mulher criado pelo marido, resultando na atribuição do casamento, ou do que permitam ao pai decidir a vida considerada por ele como "pessoal", desde que o comportamento sexual de a esposa em desacordo com a moral parental, ele não é instituído de lei, medida de pais e não a "resolução" de consideração mútua, no capítulo dos Deveres do Casamento.

Além disso, o Direito Civil abriga, hoje, a Lei do Divórcio, aprovada em 1977, embora ainda não tenha sido resolvida a questão do artigo 175 da Constituição, segundo o qual "a família é constituída pelo casamento" — o que, a rigor, exclui todas as famílias constituídas sem o casamento civil e todas aquelas em que a mulher é "chefe de família". O projeto do novo Código Civil, porém, também não inovou muito com relação ao concubinato, no caso de seu rompimento, por morte ou incapacitação a mulher continua tendo que invocar processo judicial para provar que houve de fato uma sociedade entre ela e o companheiro.

ABORTO, RUMO À LEGALIZAÇÃO

Já na área do Direito Penal, os problemas são igualmente graves e os avanços, ainda menores. Atualmente no Congresso um projeto de novo Código Penal, elaborado por uma comissão de juristas de alto nível, a pedido do Ministério da Justiça do governo Figueiredo, sem conexão à sociedade civil e sem debates amplos e abertos. Embora uma parte desse projeto já tenha sido promulgada o assunto continua sendo de interesse da mulher, como lembra Flórisa, porque ela aparece no Código Penal "em grande número de dispositivos como vítima".

Vítima de estupro, sedução, rapto e homicídio — crimes para os quais o projeto prevê também a possibilidade de vitimas homens. Mas o novo Código não modifica a questão do estupro que, segundo Flórisa, tem que deixar de ser considerado um crime contra os costumes e passar a ser penalizado como "crime contra a pessoa". Além disso, diz ela, "deve-se acrescentar a essa lista de crimes também ser invocado por mulheres casadas, contra seus maridos, nos casos de violência na esfera conjugal".

Quanto ao crime de sedução, Flórisa destaca que após ligadas ao combate à prostituição insistem na manutenção da inserção. "O respeito da alteração dos costumes. A liberdade sexual deve ser encarada como um direito fundamental do indivíduo", pondera

Flórisa. "E a legislação brasileira confunde aspectos morais e religiosos do ano com os de liberdade. Por isso, os crimes contra a liberdade sexual são considerados crimes contra os costumes quando deveriam ser considerados crimes contra a pessoa".

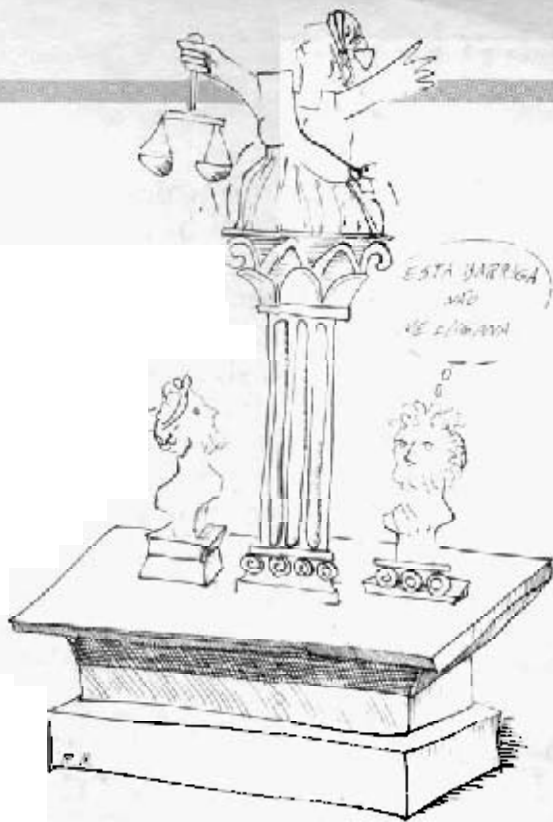
Ela destaca, ainda, que o espancamento de mulheres também não tem lugar nenhuma na legislação penal brasileira, ficando enquanto crime de esões corporais, tratado de forma injusta tanto pela sociedade como pela polícia. Mas a mulher não é apenas vítima no Código Penal. Em dois dispositivos a e aparece também como agente do crime. Infanticídio e aborto. Flórisa aponta os a fissimos custos sociais — 40% dos leitos de ginecologia e obstetria do país são ocupados por pacientes com sequelas de aborto — e o alto índice de mortalidade e de lesões de natureza grave a população feminina causadas pela clandestinidade do aborto.

O Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Cremesp), que divulgou em março deste ano sua posição a respeito, aprova a extensão na legislação aos casos de "teopatia grave, como prevê o anteprojeto atual (a lei em vigor autoriza o aborto nos casos de gravidez resultante de estupro ou de risco de vida materna), e vai mais longe: "Do ponto de vista médico, é imperativo que o aborto possa a ser legal também quando a gravidez colocar em risco a saúde da mulher", diz o documento divulgado, apontando "varias situações clínicas hoje reconhecidas (que) seriam enquadradas nesse dispositivo".

Propondo um amplo debate sobre o tema, o documento do Cremesp resgata: "Atualmente, a penalização do aborto, conforme prevista pela lei, reflete um estado de hipocrisia social, levando a uma situação perversa". Apesar de tudo, dois recentes projetos de lei sobre o aborto — um que regulamentava sua prática pelo sistema de saúde, nos casos previstos por lei, da deputada estadual Luciana Arruda (PT/RJ) e outro que ampliava suas possibilidades, incluindo "causas sociais" da deputada federal Cristina Tavares (PMDB/PE) — foram rejeitados.

"PROTEÇÃO" AO TRABALHO

Na área do Direito do Trabalho, Flórisa propõe uma revisão das tradicionais proteções ao trabalho da mulher, que têm resultado em "sufocamento da mão-de-obra feminina no



Desenho: Flórisa Verucchi

mercado de trabalho". De qualquer forma foram poucas as conquistas nessa área na década que passou, persistindo os problemas do sério diferenciado para trabalho igual, dos benefícios exigidos pela lei e não instalados e tantos outros. Uma pequena conquista foi a regulamentação da profissão de emorgada doméstica em 1973, que, no entanto, continua sem ter direito a salário mínimo, repouso remunerado por parto, seguro-maternidade, fundo de garantia de poupança.

Na área da Previdência Social, contudo, houve pequenos avanços — sob a simpática denominação de "companheira", mesmo a cubana e amparada de forma específica —, e recentemente desentredede-se uma discussão sobre a possibilidade de estender os benefícios previdenciários à dona-de-casa, independentemente de seu estado civil. Nesse sentido, existe até um projeto de lei na Câmara dos Deputados que propõe tornar facultativo para a dona de casa a inscrição no sistema previdenciário.

"A despeito da discussão sobre o valor econômico do trabalho doméstico, objeto também de estudos e debates", diz Flórisa em sua pesquisa, "a possibilidade de uma dona-de-casa poder gozar dos benefícios previdenciários, independentemente da situação do companheiro, me parece um avanço".

No caso do Direito Constitucional, embora o princípio da isonomia — igualdade de todos perante a lei — esteja consagrado em nossas Constituições desde 1934, mesmo sendo contrariado por leis ordinárias, "a verdade é que existem normas puramente formais e que sequer chegam a ser aplicadas ou mesmo modificadas pelas partes interessadas". Como se viu, Flórisa de láto detectou discriminações nas aplicações da norma — seja no Direito do Trabalho, seja no Direito Criminal, em outras áreas. Mas sua pesquisa não indica caminhos a seguir em vista da possibilidade de convocação de uma Constituinte (veja na matéria abaixo).

Outras mudanças necessárias

Advogada, professora de Filosofia de Direito da PUC/SP, autora do livro "Evolução dos Direitos da Mulher" e dirigente da Assessoria de Planejamento da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, Flórisa Pimentel comenta, aqui, alguns dos temas abordados pela pesquisa de Flórisa Verucchi, que não pôde ser entrevistada por estar fora do país.

Proteção ao trabalho: "É preciso tirar a palavra proteção e falar simplesmente do trabalho da mulher. Trata-se de reconhecer a especificidade feminina, e não de proteger a mulher. Nesse sentido, e exemplar o caso recente das biógrafas, que incluíram em sua pauta de reivindicações um dia mensal de descanso remunerado por ocasião da menstruação. Se não podemos trabalhar todos os dias, não é porque somos fêmeas, mas porque temos a riquíssima possibilidade de reproduzir. Além disso, não dá para falar em maternidade sem falar em paternidade, e para os dois casos é preciso o cuidado do Estado".



Silvia Pimentel

Licença maternidade: "Acharia razoáveis os 64 dias previstos atualmente pela lei, se existissem as creches e berçários nas empresas. Tal e qual as coisas são hoje, não acho suficiente e proponho um tempo adicional de mais dois ou três meses, opcional para o pai ou para a mãe, de forma a não atrapalhar a vida profissional da mulher".

Creches: "Algumas modifica-

ções são necessárias na CLT. Uma delas, fundamental, é o estabelecimento de pesadas sanções àqueles que infringirem a lei. No caso das creches, por exemplo, a legislação atual prevê uma miséria de multa para as empresas que não cumprem a legislação. É claro que elas preferem eventualmente pagá-la em vez de investir na construção de berçários".

Constituinte: "Em termos de lei, caminhamos muito pouco. Estamos no meio do grande salto, que não se consumou. Mesmo que o novo Código Civil seja modificado pela Constituinte, é dele que partimos. A Constituinte, muito mais que uma realização jurídica, é um ato político. Não existem limites jurídicos ao conteúdo da Constituição: em vez de conter apenas alguns princípios gerais que lhe digam respeito, poderá interessar à mulher reivindicar que seja dado um tratamento explícito a questões-chave, como planejamento familiar, assistência materno-infantil, berçários, creches, trabalho e saúde".

Às trabalhadoras do campo,
sem banheiro, creches ou garantias de trabalho.
Às trabalhadoras da rua, do sexo,
sequer consideradas.
Às presas e "loucas" encarceradas.
Às trabalhadoras da beleza:
artesãs, músicas, dançarinas, atrizes, fotógrafas,
cineastas, escritoras, artistas plásticas e gráficas.
Irmãs brancas, negras, pardas, cafusas, amarelas.
E a nossos homens...

